

EDITAL DE LICITAÇÃO N.º 014/2020
PREGÃO ELETRÔNICO – MODO DE DISPUTA ABERTO
NUP: 61984.004001/2020-43

O Departamento de Obtenção, por ordem da Diretoria da Empresa Gerencial de Projetos Navais – EMGEPRON, torna público para conhecimento dos interessados que, esta Empresa, situada no Edifício Almirante Raphael de Azevedo Branco, 2º andar, Ilha das Cobras, Centro, RJ, realizará a licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, para prestação de Serviços de Seguro de Responsabilidade Civil para os membros do Conselho de Administração e Diretores da EMGEPRON (Seguro D&O – Directors and Officers Liability Insurance). A sessão pública será realizada pela Internet, em conformidade com: as **Leis n.º 10.520/02 e n.º 13.303/16** subsidiariamente, a **Lei Complementar n.º 123/06, Lei Complementar n.º 147/14**, os **Decretos n.º 10.024/2019 e 8.538/15**, devidamente atualizados, com as demais normas legais pertinentes e com o que está estabelecido neste Edital.

1 – DA APROVAÇÃO JURÍDICA

1.1 – A minuta do presente Edital foi aprovada pelo Parecer n.º 003/2411/2020 do Departamento Jurídico da EMGEPRON, nos termos do parágrafo 2º do art. 33, do Anexo A da RCA/017-2018 da EMGEPRON.

2 – DOS EVENTOS

2.1 – Recebimento das proposições de preços de 19/03/2020 até as 09h do dia 06/04/2020, exclusivamente por meio eletrônico, conforme formulário disponibilizado no endereço www.comprasnet.gov.br.

2.2 – Sessão pública na Internet para recebimento dos lances: início às 09h30 do dia 06/04/2020 no endereço www.comprasnet.gov.br.

2.3 – Todos os horários estabelecidos neste edital observarão o horário de Brasília/DF.

3 – DO OBJETO DA LICITAÇÃO

3.1 – Contratação de Sociedade Seguradora com abrangência nacional, sem a interveniência de Corretor, para a prestação de Serviços de Seguro de Responsabilidade Civil para os membros do Conselho de Administração e Diretores da EMGEPRON (Seguro D&O – Directors and Officers Liability Insurance).

3.2 – O valor estimado para execução do serviço, fruto de um estudo mercadológico, é de

R\$ 575.000,00 (Quinhentos e setenta e cinco mil reais).

3.3 – O valor a ser pago inclui, enfim, todas as despesas necessárias à execução total do serviço licitado, bem como seus lucros, conforme as especificações e anexos contidos no Edital, cobrindo todos os custos de mão de obra, inclusive eventuais aumentos, aditamentos salariais ou outros benefícios e obrigações provenientes de Lei, Dissídio, Convenção ou Acordo Coletivo, bem como sentença judicial.

4 – DETALHAMENTO DO OBJETO

4.1 - O serviço de Seguro de Responsabilidade Civil será prestado conforme quantidades e especificações descritas, e nas condições estabelecidas neste Termo de Referência. A apólice será à base de reclamação (“claims made basis”) com notificações, conforme circulares 336/2007 e 553/2017 da SUSEP.

Dos Segurados

4.1.1 – Membros da Diretoria Executiva (Diretor-Presidente e quadro de Diretores), de acordo com o Estatuto Social da Empresa; e

4.1.2 – Membros do Conselho de Administração.

4.2 – Das Coberturas Básicas – as coberturas básicas correspondem às garantias mínimas da apólice, que serão automaticamente oferecidas em caso de contratação do Seguro. Processos e/ou procedimentos administrativos, judiciais ou arbitrais, de natureza cível, criminal, concorrencial, consumerista, previdenciária, trabalhista, tributária ou de qualquer outra natureza, nos quais o Segurado figure com réu ou parte passiva, em virtude de sua responsabilidade pessoal, solidária, subsidiária ou devido à desconsideração da personalidade jurídica da EMGEPRON, que possam resultar em:

4.2.1 – Decisão judicial (cível ou criminal) transitada em julgado ou decisão arbitral, por danos corporais, danos morais, danos materiais e prejuízos causados a terceiros, ocorridos ou não nas dependências da EMGEPRON, em decorrência de atos de gestão administrativa, praticados pelos segurados no exercício de suas funções, inclusive aqueles envolvendo empregados, prepostos ou terceiros, exceto por comprovada fraude, dolo ou má-fé;

4.2.2 – Acordos firmados em tribunais arbitrais e acordos judiciais ou extrajudiciais homologados pela Justiça, desde que negociados com o consentimento prévio da Seguradora; e decisão administrativa contra a qual não caiba recurso;

4.2.3 – Processos ou procedimentos administrativos, judiciais ou arbitrais, movidos em face de qualquer Segurado, em nome próprio ou da pessoa jurídica que representa, quando

autorizado por lei para tanto, ou por terceiro com legítimo interesse contra o Segurado;

4.2.4 – Processos judiciais ou arbitrais, movidos pelo próprio Tomador em face de qualquer Segurado, desde que previamente deliberado pelos órgãos internos competentes;

4.2.5 – Processos e/ou procedimentos administrativos e/ou judiciais ou ainda, arbitrais, propostos em face dos Advogados Internos da EMGEPRON, desde que comprovado o vínculo trabalhista dos mesmos (Advogado empregado), em virtude de responsabilidade pelos atos praticados em nome do Tomador, dentro das atribuições conferidas por procuração e inerentes ao exercício da profissão;

4.2.6 – Notificações de terceiros, propostas em face do Segurado visando a responsabilizá-lo em virtude de ações, atos e omissões inerentes a sua condição de administrador do Tomador;

4.2.7 – Custos de Defesa incorridos por Reclamações contra quaisquer Segurados relacionadas à responsabilidade solidária e/ou subsidiária dos Administradores, por obrigações tributárias da Empresa;

4.2.8 – Custos de Defesa (emolumentos, honorários advocatícios e periciais, encargos de tradução, depósitos recursais, custos e despesas – judiciais ou extrajudiciais – necessários, razoáveis e condizentes com os valores de mercado incorridos ou assumidos com o consentimento prévio da Seguradora), desde que relacionados a fatos e acontecimentos que possam implicar a responsabilização pessoal ou solidária de Segurado devido à desconsideração da personalidade jurídica. Inclui-se na definição de Custos de Defesa ou custo para interposição de recurso voluntário, quando da aplicação de multas e penalidades pecuniárias e não pecuniárias contra o Segurado;

4.2.9 – No caso da impossibilidade de o Segurado informar a Seguradora um sinistro referente aos custos de defesa por questões emergenciais, a Seguradora concederá aprovação retroativa, desde que essa emergência seja informada/solicitada à Seguradora em até 07 (sete) dias após o pagamento dos custos de defesa.

4.2.10 – Despesas incorridas com inquéritos administrativos, inquéritos policiais, despesas administrativas, processuais e arbitrais, tais como: honorários periciais, advocatícios e outros;

4.2.11 – Perdas e danos impostos aos Segurados, por medida judicial ou extrajudicial, a qual determine a indisponibilidade de seus bens pessoais, no todo ou em parte. Serão consideradas como medidas de bloqueio e indisponibilidade de bens as seguintes ocorrências: determinação de “penhora on line”, ou bloqueio de contas bancárias dos segurados determinadas por ordem ou despacho judicial; e determinação de indisponibilidade de bens, total

ou parcial, para fins de investigação cível e/ou criminal, seja na fase administrativa ou judicial, assim que tal medida for determinada;

4.2.12 – Custo da contratação de Empresa Especializada em Serviços de Comunicação e Assessoria de Imagem, quando houver comprovado prejuízo à imagem, à honra ou reputação de qualquer pessoa Segurada causada pela veiculação de notícia, reportagem ou vazamento de informações sigilosas, desde que os fatos ou acontecimentos estejam relacionados à posição do Segurado;

4.2.13 – Indenização relativa a Reclamações apresentadas por um Segurado contra outro Segurado, baseadas ou como consequência de qualquer demissão, dispensa ou término do contrato de trabalho, violação de qualquer contrato de trabalho, violação das leis que vedam a discriminação no local de trabalho;

4.2.14 – Indenização relativa a Reclamações movidas por Terceiros contra os Contadores Internos e Auditores Internos do Tomador, desde que reste comprovando o vínculo trabalhista destes em virtude de Responsabilidade pelos atos praticados em nome do Tomador, dentro das atribuições conferidas por procuração e inerentes ao exercício da profissão;

4.2.15 – Cobertura relativa a Reclamações em face de quaisquer dos Segurados à alegação de erros e omissões, relacionadas à prestação de serviços e/ou atividades inerentes ao objeto social do Tomador, desde que descaracterizada sua personalidade jurídica;

4.2.16 – Cobertura para reclamação contra o Tomador e/ou Segurado por danos ambientais (custos de defesa, prejuízos financeiros, danos corporais e materiais) em processos de natureza ambiental no qual figure como réu ou parte passiva;

4.2.17 – Reclamações feitas pela EMGEPRON contra Segurado (atuais, anteriores e futuros administradores), Segurado contra Segurado até o LMG (Limite Máximo de Garantia); e

4.2.18 – Celebração de Termo de Ajuste de Conduta – TAC para finalizar processos administrativos, nos termos da legislação vigente, desde que em consonância com a Seguradora será reconhecida com acordo extrajudicial e os valores despendidos inclusive a título de composição ou indenização serão devidamente cobertos pela apólice.

Da Cobertura Para Práticas Trabalhistas Indevidas

4.3 - Considera-se prática trabalhista indevida qualquer reclamação real ou alegada decorrente de:

4.3.1 – Demissão, dispensa ou rescisão contratual, de Empregado supostamente injusta ou ilegal;

4.3.2 – Falha do empregador relacionada à promoção, contratação, avaliação e/ou pri-

vação injusta de oportunidade na carreira, incluindo questões relativas à indisciplina e estabilidade;

4.3.3 – Assédio sexual no local de trabalho;

4.3.4 – Constrangimento de qualquer espécie no local de trabalho, incluindo a restrição de promoção ou imposição de ambiente de trabalho constrangedor;

4.3.5 – Ocorrências em relações empregatícias envolvendo: invasão de privacidade, difamação, retaliação ou discriminação ilegal de qualquer espécie cometida contra um empregado.

Das Exclusões das Garantias

4.4 - Garantias que não estão garantidas, pelo seguro, as quantias devidas e/ou despendidas, pelo segurado, para reparar, evitar e/ou minorar danos, de quaisquer espécies, decorrentes de:

4.4.1 – Atos dolosos de quaisquer gêneros ou espécie, ou praticados pelo segurado ou por terceiro em seu benefício;

4.4.2 – Ato ou fato objeto de reclamações apresentadas contra os segurados, antes do início da vigência da apólice;

4.4.3 – Reclamações somente contra o tomador;

4.4.4 – Descumprimento de Leis ou normas Federais, Estaduais ou Municipais relativas ao combate à corrupção e a Atos Lesivos à Administração Pública Nacional ou Estrangeira incluindo, mas não se limitando aos previstos nas Leis Federais nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), nº 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa) e nº 9.613/1998 (Lei de Lavagem de Dinheiro);

4.4.4.1 – Atos Lesivos à Administração Pública:

- a) Prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público, ou a terceira pessoa a ele relacionada;
- b) Comprovadamente, financiar, custear, patrocinar ou de qualquer modo subvencionar práticas de atos ilícitos previstos nestas Leis;
- c) Comprovadamente usar-se de interposta pessoa física ou jurídica para ocultar ou dissimular seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários dos atos praticados;
- d) Frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público;
- e) Impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público;

- f) Afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;
- g) Fraudar licitação pública ou contrato dela decorrente;
- h) Criar de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo;
- i) Obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais;
- j) Manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública; e
- k) Dificultar a atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou investir em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras e dos órgãos de fiscalização.

4.4.5 – Pagamentos, comissões, doações, benefícios ou quaisquer outros favores para ou em benefício de qualquer agente, representante ou empregado de órgão governamental, de forças armadas, ou de empresas com participação do governo, nacional ou estrangeiro, ou quaisquer membros de suas famílias ou qualquer entidade a qual estejam afiliados;

4.4.6 – Doações a políticos ou partidos políticos, sejam no Brasil ou no exterior;

4.4.7 – Pagamento de multas e penalidades civis;

4.4.8 – Descumprimento, por parte do Segurado, de obrigações trabalhistas, sejam contratuais ou legais, referentes à seguridade social, seguro obrigatório de acidentes de trabalho, pagamento de salários ou similares;

4.4.9 – Descumprimento de obrigações assumidas, pelo Segurado, em contratos e/ou convenções;

4.4.10 – Quebra de sigilo profissional;

4.4.11 – Assédio, abuso ou violência sexual e/ou moral;

4.4.12 – Acusação de calúnia, injúria e difamação.

4.4.13 – Nas hipóteses acima, caso o Segurado venha a ser absolvido da reclamação após o trânsito em julgado, por decisão final da qual não caiba recurso, a Seguradora ressarcirá os prejuízos seguráveis até o Limite Máximo de Garantia (LMG) incorridos pelo Segurado em sua defesa, em reclamações notificadas à Seguradora durante o período da vigência do Seguro ou durante o Prazo Complementar ou Suplementar, de acordo com os termos e condições da apólice.

4.4.14 – Além das exclusões previstas acima, o seguro de RC D&O não cobre riscos de responsabilização civil dos segurados, conforme circular 553/2017 da SUSEP em seu artigo 6º em decorrência de:

a) Danos causados a terceiros, pelos segurados, na qualidade de cidadãos, quando não estiverem no exercício de seus cargos no tomador, e/ou em suas subsidiárias, e/ou em suas coligadas, situação que se enquadra em outro ramo de seguro, o Seguro de Responsabilidade Civil Geral (RC Geral);

b) Danos causados por terceiros, quando no exercício de profissões liberais, fora do exercício de seus cargos no tomador, e/ou em suas subsidiárias, e/ou em suas coligadas, situação que se enquadra em outro ramo de seguro, o Seguro de Responsabilidade Civil Profissional (RC Profissional); e

c) Danos ambientais, que são enquadrados em outro ramo de seguro, denominado Seguro de Responsabilidade Civil de Riscos Ambientais (RC Riscos Ambientais).

4.4.14.1 – Os danos causados a terceiros, aos quais a sociedade tenha sido responsabilizada, em consequência de atos ilícitos culposos praticados por pessoa física, que exerça, e/ou tenha exercido, cargos de administração e/ou de gestão, executivos, quando comercializados como cobertura básica, devem ser enquadrados em outro ramo de seguro, denominado Responsabilidade Civil Geral.

Das Extensões Automáticas de Coberturas

4.5.1 – Cobertura para herdeiros, representantes legais e espólio – caso algum Segurado venha a falecer ou tornar-se incapaz civilmente, esta Apólice cobrirá indenizações de valores monetários decorrentes de qualquer reclamação feita de acordo com suas condições contra o espólio, seus herdeiros e representantes legais;

4.5.2 – Cobertura para Responsabilidade Solidária de Bens – para os prejuízos sofridos na hipótese de recair sobre os bens do cônjuge ou do(a) companheiro(a) sob o regime de união estável do Segurado qualquer constrangimento ou constrição em virtude de alguma reclamação contra o Segurado.

Da retroatividade

4.6 - Conforme disposto no Art. 4º do Anexo I da Circular da SUSEP nº 336, de 22 de janeiro de 2007, a retroatividade para fatos geradores desconhecidos pela EMGEPRON deverá ser limitada a um período de 24 meses, contados a partir da vigência da apólice.

Do Prazo Complementar

4.7 - Conforme definido nas circulares da SUSEP 336/2017 e 553/2017 deverá constar

da apólice a concessão de prazo adicional de 36 meses, sem cobrança de prêmio adicional, tendo início na data de término de vigência da apólice ou da data de seu cancelamento, para a apresentação de reclamações ao Segurado, por parte de terceiros a fatos ocorridos durante o período de vigência da apólice ou durante o período de retroatividade da cobertura, nas seguintes hipóteses:

- a) se a apólice não for renovada;
- b) se a apólice à base de reclamações for transferida para outra sociedade seguradora que não admita, integralmente, o período de retroatividade da apólice precedente;
- c) se a apólice for substituída por uma apólice à base de ocorrência, ao final de sua vigência, na mesma sociedade seguradora ou em outra; e
- d) se a apólice for cancelada, desde que o cancelamento não tenha ocorrido por determinação legal, por falta de pagamento do prêmio ou por o pagamento das indenizações ter atingido o limite máximo de garantia da apólice, quando este tiver sido estabelecido.

Do Prazo Suplementar

4.8 - Conforme definido nas circulares da SUSEP 336/2017 e 553/2017 deverá constar na apólice o direito de contratação de um prazo suplementar de 12 (doze) meses, imediatamente subsequente a vigência do prazo complementar, para a apresentação de reclamação de terceiros.

Do Limite Máximo de Garantia

4.9 - A importância segurada para o presente Seguro e que representa o Limite Máximo de Garantia (LMG) pela Seguradora é de R\$ 10.0000.000,00 (Dez milhões de reais).

Do Âmbito de cobertura

4.10 - O âmbito da cobertura a ser adotado é o nacional.

5 – DOS ANEXOS

5.1 – Fazem parte integrante do Edital os seguintes Anexos:

- a) Termo de Referência – **ANEXO A**;
- b) Minuta de Contrato – **ANEXO B**;

Apêndice:

- I** – Matriz de Risco.
- c) Planilha de Quantitativo e Preço Estimado – **ANEXO C**;
- d) Planilha de Formação de Preços – **ANEXO D**; e
- e) Declaração de Antinepotismo – **ANEXO E**.

6 – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

Da participação

6.1 – Poderão participar desta licitação, empresas nacionais ou estrangeiras, com sede ou representante legal domiciliado no Brasil, que atendam as condições deste Edital.

6.2 – Para a participação nesta licitação, é necessário que o interessado esteja credenciado no Sistema COMPRASNET, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do MPOG.

Do Procedimento para credenciamento junto ao Provedor do Sistema

6.3 – Todo o procedimento para credenciamento e cadastramento consta no “Manual do Pregão Eletrônico Tradicional para Fornecedores”, disponibilizado no endereço www.comprasnet.gov.br.

6.4 – O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.

6.5 – Tal credenciamento, conforme normas do site www.comprasnet.gov.br, depende de registro cadastral atualizado no SICAF.

6.6 – O credenciamento junto ao provedor do sistema implica na responsabilização legal do licitante e de seu representante legal, além da presunção de sua capacidade técnica para realizar transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

6.7 – É de exclusiva responsabilidade do licitante a utilização da senha de acesso, inclusive qualquer transação efetuada diretamente ou por representante. Não cabe ao Provedor do Sistema ou à EMGEPRON, promotora da presente licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, mesmo que por terceiros.

7 – DOS IMPEDIMENTOS PARA PARTICIPAR

7.1 – Estará impedida de participar de licitações a empresa:

- a) que esteja organizada sob a forma de consórcio;
- b) cujo administrador ou sócio detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital social seja diretor ou empregado da empresa pública ou sociedade de economia mista contratante;
- c) suspensa pela empresa pública ou sociedade de economia mista;
- d) declarada inidônea pela União, por Estado, pelo Distrito Federal ou pela unidade federativa a que está vinculada a empresa pública ou sociedade de economia mista, enquanto perdurarem os efeitos da sanção;
- e) constituída por sócio de empresa que estiver suspensa, impedida ou declarada inidônea;
- f) cujo administrador seja sócio de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea;

- g) constituída por sócio que tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;
- h) cujo administrador tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção; e
- i) que tiver, nos seus quadros de diretoria, pessoa que participou, em razão de vínculo de mesma natureza, de empresa declarada inidônea.

7.2 – Também estarão impedidas:

- a) à contratação do próprio empregado ou dirigente, como pessoa física, bem como à participação dele em procedimentos licitatórios, na condição de licitante;
- b) a quem tenha relação de parentesco, até o terceiro grau civil, com: e
 - 1) dirigente de empresa pública ou sociedade de economia mista;
 - 2) empregado de empresa pública ou sociedade de economia mista cujas atribuições envolvam a atuação na área responsável pela licitação ou contratação; e
 - 3) autoridade do ente público a que a empresa pública ou sociedade de economia mista esteja vinculada.
- c) cujo proprietário, mesmo na condição de sócio, tenha terminado seu prazo de gestão ou rompido seu vínculo com a respectiva empresa pública ou sociedade de economia mista promotora da licitação ou contratante há menos de 6 (seis) meses.

7.3 – Para cumprimento do exposto acima, serão consultados o Sistema Integrado de Cadastro de Fornecedores – **SICAF**, o Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas – **CEIS**, e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas – **CNEP**.

8 – DA SUPERVENIÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO DA HABILITAÇÃO

8.1 – Os licitantes serão obrigados a declarar, quando houver, a superveniência de qualquer fato impeditivo da habilitação que importe em alteração de suas condições de participação neste processo, sujeito às penalidades legais. (Item 7.1, inciso IV, da instrução Normativa MARE nº 05/95).

8.2 – A comprovação citada no subitem anterior deverá ser realizada no endereço eletrônico www.comprasnet.gov.br.

9 – DOS DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA HABILITAÇÃO

9.1 – Para fins de habilitação ao certame, os interessados se obrigam a satisfazer os requisitos relativos a:

I. **Habilitação** – art. 56, alínea I, incisos a, b, c, d, do Anexo A da RCA/017-2018 da EMGEPRON;

II. Qualificação Técnica – art. 56, alínea II, do Anexo A da RCA/017-2018 da EMGEPRON;

III. Capacidade econômica e financeira – art. 56, alínea III, do Anexo A da RCA/017-2018 da EMGEPRON;

IV Documentação Complementar:

- 1) Declaração de cumprimento ao inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal – CF;
- 2) Declaração de Elaboração Independente de Proposta;
- 3) Declaração de Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP); e
- 4) Declaração Antinepotismo – art. 7º do Decreto nº 7.203/2010.

Da Habilitação Jurídica

9.2 – Será exigida a seguinte documentação para habilitação jurídica:

- a) Registro comercial, no caso de empresa individual;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício; e
- d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato, registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente.

Da Regularidade Fiscal

9.3 – A regularidade Fiscal será comprovada com a apresentação da seguinte documentação:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- b) Prova de regularidade com a Fazenda Federal;
- c) Prova de regularidade com a Seguridade Social (INSS); e
- d) Certificado de regularidade de situação perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

Da Regularidade Trabalhista

9.4 – A regularidade trabalhista será comprovada com a apresentação da Certidão de Cadastro Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhista, com efeito de Negativa (CPDT), como prova de inexistência de débitos

inadimplidos perante a Justiça do Trabalho; e

9.5 – A CNDT/CPDT, poderá ser requerida gratuitamente nas páginas eletrônicas do Tribunal Superior do Trabalho (www.tst.jus.br/certidao), do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (www.csjt.jus.br) e dos Tribunais Regionais do Trabalho.

Da Qualificação Técnica

9.6 - Para fins de comprovação da capacidade técnica, a licitante deverá comprovar aptidão para o desempenho de atividades pertinentes e compatíveis com o objeto do de Referência, por meio da apresentação de no mínimo:

a) um Atestado de Capacidade Técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a empresa licitante desempenhou serviços compatíveis com o objeto do Termo de Referência, ou cópia da apólice que comprove a prestação de serviços de seguro na modalidade D&O com limite de indenização mínima de R\$ 5.000.000,00.

a.1) O(s) documento(s) apresentado(s) deverá(ão) conter dados: nome, endereço e telefone para contato, ou qualquer outro meio que permita a EMGEPRON identificar o(s) emitente(s) e possibilitar contato para validação.

a.2) Será aceito o somatório de apólices para a determinação do limite mínimo de indenização, desde que se refiram a períodos concomitantes.

b) Certidão de regularidade expedida pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, dentro do prazo de validade, informando que a licitante não se encontra sob o regime de liquidação extrajudicial, direção fiscal ou fiscalização extraordinária, e nem cumpri penalidade de suspensão imposta pela SUSEP.

c) Comprovação de que a licitante possui Nota Técnica aprovada na SUSEP para operação e comercialização de Seguro de Responsabilidade Civil (D&O – Directors and Officers).

d) Declaração do licitante expedida pela SUSEP, dentro do prazo de validade nela expresso, de que está em dia com suas reservas técnicas e de sinistros.

Da vistoria

9.7- Atestado de Visita: O proponente poderá vistoriar o local onde será executado o objeto, quando tomará conhecimento dos detalhes, da documentação técnica e das condições locais para o cumprimento das obrigações do objeto. Esta vistoria/visita técnica é um direito das licitantes, sendo assegurado, portanto, o acesso a todas as informações necessárias à consecução do objeto e à adequada formulação de seu preço. Obviamente, as empresas que exercerem o direito de vistoria disporão

de mais condições para quantificação do valor do objeto a ser executado. Em todo caso, a empresa que decidir não realizar a visita e, eventualmente, subestimar sua proposta incorrerá em risco típico do seu negócio, não podendo, futuramente, opô-lo contra a Administração para eximir-se de qualquer obrigação assumida ou para rever os termos do contrato que vier a firmar. É vedado ao proponente pleitear futuras majorações de preços por possíveis lapsos, tais como: não inclusão de custos diretos ou indiretos; qualquer custo superveniente ocorrido durante a execução do objeto; bem como toda e qualquer alegação de desconhecimento de dificuldades inerentes ao objeto. Na ocasião, a empresa visitante registrará documentalmente, no Atestado de Visita, as informações pertinentes que assim considerar, devendo este ser enviado junto com a documentação de habilitação. O responsável para acompanhar a visita técnica dos proponentes será o Fiscal Técnico de cada área.

Da Qualificação Econômico-Financeira

9.8 – A qualificação Econômico-Financeira será comprovada com apresentação da certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

Da Documentação Complementar

9.9 – O licitante deverá, obrigatoriamente, apresentar **Declaração de Cumprimento ao Inciso XXXIII do art. 7º da CF** – Proibição ao Emprego de Menores, realizada no endereço eletrônico www.comprasnet.gov.br.

9.10 – O licitante deverá, obrigatoriamente, apresentar **Declaração de Elaboração Independente de Proposta** para comprovação do cumprimento da Instrução Normativa MPOG/SLTI n.º 02/09, realizada no endereço eletrônico www.comprasnet.gov.br.

9.11 - O licitante deverá, obrigatoriamente, quando for o caso, apresentar **Declaração de Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP)** para comprovação do cumprimento do Art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006 e , assim, usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 ao 49 da Lei Complementar nº 123/2006, realizada no endereço eletrônico www.comprasnet.gov.br.

9.12 - O licitante deverá, obrigatoriamente, apresentar **Declaração Antinepotismo**, conforme o modelo do **ANEXO E** deste Edital.

10 – DA PROPOSTA DE PREÇOS

10.1 – A proposta de preços deverá atender aos seguintes requisitos:

a) Ser apresentada, obrigatoriamente, conforme a Planilha de Formação de Preço - **ANEXO D**;

- b) Apresentar-se em uma única via, em papel timbrado do Licitante, digitada, isenta de emendas, rasuras, ressalvas ou entrelinhas, datada, rubricada em todas as folhas, numeradas sequencialmente e assinada pelo representante legal do Licitante;
- c) Ser objetiva e precisa, contendo, necessariamente, todas as especificações do objeto que fornecerá; ser limitada rigorosamente ao objeto desta licitação, sem conter alternativas de preço ou qualquer outra condição que induza a classificação a ter mais de um resultado. Não serão admitidas informações como **“conforme especificado no Edital”**;
- d) Ter, obrigatoriamente, validade declarada de proposta de, no mínimo, 90 (noventa) dias corridos, a contar da data de abertura da sessão pública na INTERNET, e se constar qualquer data inferior a solicitada acima, será considerada a exigida neste Edital; e
- e) Apresentar valores em moeda corrente, em cifras numéricas, com duas casas decimais e consolidadas por extenso. Nos preços propostos estarão computadas todas as despesas, custos, insumos, seguros e demais obrigações legais, fiscais e tributárias que forem necessárias para cumprir com a execução do serviço, objeto desta Licitação.

10.2 – O preço proposto será de exclusiva responsabilidade do Licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear ou reivindicar qualquer alteração a título de revisão de preço, compensação ou reembolso sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

10.3 – O valor da proposta do licitante deverá, obrigatoriamente, refletir o seu último valor ofertado após a negociação com a Pregoeira.

10.4 – Em caso de divergência entre as especificações do objeto descritas no COMPRASNET e as especificações técnicas constantes no Edital e Anexos, o licitante deverá obedecer ao Edital.

11 – DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, DA SESSÃO PÚBLICA, DOS LANCES, DA CLASSIFICAÇÃO E DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

11.1 – Para participação no Pregão, o licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do edital e seus anexos.

11.2 – Os licitantes poderão retirar ou substituir suas propostas e documentação de habilitação exigidos no item 9 do Edital até a abertura da sessão pública da presente licitação.

11.3 – No site www.comprasnet.gov.br na Internet, no dia e horário informados neste Edital, a Pregoeira iniciará a sessão pública do pregão eletrônico, com a divulgação das propostas e da documentação de habilitação recebidas.

11.4 – Os licitantes serão responsáveis por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico e assumirão o cumprimento dos requisitos para a habilitação e a conformidade de sua proposta com as exigências deste Edital.

11.5 – Os licitantes deverão acompanhar as operações da sessão pública do pregão no Sistema Eletrônico e serão unicamente responsáveis pelos ônus decorrentes da perda de negócios por inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou por sua desconexão.

11.6 – A sessão será conduzida pela Pregoeira em consonância com as especificações e com as condições constantes neste instrumento convocatório.

11.7 – A Pregoeira verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital. A desclassificação será fundamentada e registrada no sistema.

11.8 – O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pela Pregoeira, sendo que somente estas participarão da etapa de lances.

11.9 – Aberta a etapa competitiva, os licitantes classificados poderão encaminhar lances, exclusivamente por meio do sistema eletrônico. O licitante será imediatamente informado do recebimento do seu lance e do valor consignado no registro.

11.10 – Em relação a seus próprios lances, os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observado o horário fixado e as seguintes condições:

- a) Somente poderão oferecer lances inferiores aos últimos por eles ofertados e registrados no sistema; e
- b) No caso de lances de mesmo valor, prevalecerá aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

11.11 – Não poderá haver desistência dos lances ofertados, a não ser em situação devidamente justificada e aceita pela Pregoeira, sujeitando-se o licitante às penalidades constantes no item **Sanções Administrativas** deste Edital.

11.12 – Durante a sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

11.13 – A etapa de lances será encerrada por decisão da Pregoeira.

11.14 – O sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o qual transcorrerá período de tempo de até trinta minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

Negociação da proposta

11.15 – Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, a Pregoeira poderá

encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta diretamente ao licitante que tenha apresentado lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas neste edital.

11.16 – A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

11.17 – O envio da proposta, após a negociação, será encaminhado no prazo mínimo estabelecido no subitem 12.1 deste Edital.

Desconexão do sistema na etapa de lances

11.18 – Na hipótese de o COMPRASNET desconectar para a Pregoeira no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

11.19 – Quando a desconexão do COMPRASNET para a Pregoeira persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas vinte e quatro horas após a comunicação do fato aos participantes, no endereço eletrônico www.comprasnet.gov.br.

Do Empate entre empresas não enquadradas na Lei Complementar n.º 123/06.

11.20 – No caso de empate entre duas ou mais propostas após a etapa de envio de lances, haverá a aplicação dos critérios de desempate previstos nos subitens 11.23 a 11.25 deste Edital, seguido da aplicação dos critérios estabelecido no **art. 55 da Lei 13.303/16**.

11.21 - Os critérios de desempate serão aplicados nos termos do subitem anterior, caso não haja envio de lances após o início da fase competitiva.

11.22 – Na hipótese de persistir o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema COMPRASNET dentre as propostas empatadas.

Do Empate entre empresas enquadradas na Lei Complementar n.º 123/06.

11.23 – Nas licitações será assegurada, como critério de desempate, a preferência de contratação para as ME e EPP (**caput do art. 44, da Lei Complementar n.º 123/06**).

11.24 – O intervalo percentual estabelecido no § 1º do art. 44 será de até 5% superior ao melhor preço (**§ 2º, do art. 44, da Lei Complementar n.º 123/06**).

11.25 – Para o desempate proceder-se-á da seguinte forma:

- a) A ME ou EPP mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado (**inciso I, art. 45, da Lei Complementar n.º 123/06**);
- b) Não ocorrendo a contratação da ME ou EPP, as remanescentes que se enquadrem na

hipótese dos § 1º e 2º do art. 44 da Lei Complementar n.º 123/06 serão convocadas, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito (**inciso II, art. 45, da Lei Complementar n.º 123/06**);

c) No caso de equivalência dos valores apresentados pelas ME e EPP será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta (**inciso III, art. 45, da Lei Complementar n.º 123/06**);

d) Na hipótese da não-contratação nos termos previstos no caput do art. 45, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame (§ 1º, **art. 45, da Lei Complementar n.º 123/06**); e

e) O disposto aqui somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por ME ou EPP (§ 2º, **art. 45, da Lei Complementar n.º 123/06**).

12 – DO ENVIO ELETRÔNICO DA DOCUMENTAÇÃO E DA PROPOSTA DE PREÇOS

12.1 – Encerrada a etapa de lances, o licitante classificado, provisoriamente, em primeiro lugar deverá apresentar sua proposta e os documentos de habilitação não contemplados no SICAF, inclusive seus anexos, e se necessário dos documentos complementares (somente por e-mail ou por meio da opção “Enviar Anexo” do sistema COMPRASNET), dentro do prazo mínimo de 2 (duas) horas, contado da solicitação da Pregoeira no mesmo sistema, sob pena de inabilitação e de aplicação das sanções previstas no item **Sanções Administrativas** deste Edital.

12.2 – **O e-mail para o envio dos documentos será informado ao licitante vencedor no “chat” do sistema, imediatamente após a fase dos lances.**

13 – JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO

13.1 – Encerrada a etapa de lances, a Pregoeira verificará o atendimento das condições de habilitação do licitante vencedor, através da consulta *online* no SICAF, e apreciará a documentação complementar não contemplada no sistema e entregue conforme estabelecido no subitem 12.1 deste Edital.

13.3 – Será considerado inabilitado o licitante:

a) Que possua registro de ocorrência que o impeça de licitar e contratar com a EMGEPRON ou com a Administração Pública, ou que tenha sido declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração Pública;

b) Que deixe de apresentar a documentação solicitada, apresentá-la incompleta ou em desacordo com as disposições deste Edital; e

c) Cujas amostras tenham sido recusadas (quando houver).

13.4 – Serão desclassificadas as propostas de preços:

a) Que não atendam aos requisitos estabelecidos neste Edital; e

b) Cujos valores sejam diferentes do valor negociado no sistema com a Pregoeira ao final da etapa de lances.

13.5 – Se a proposta de preços ou a documentação apresentada para habilitação não atenderem às exigências do edital, a Pregoeira examinará a proposta e a documentação do licitante subsequente, na ordem de classificação e, assim, sucessivamente, até que um licitante atenda a todas as exigências do Edital.

13.6 – Será declarado vencedor o licitante que apresentar a proposta de **MENOR PREÇO GLOBAL** sobre o valor estimado da licitação. Iniciando-se, assim, a contagem do prazo para a intenção de recursos.

14 – DAS MICROEMPRESAS (ME) E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (EPP)

14.1 – As ME e as EPP, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida para comprovação de regularidade fiscal, mesmo que haja alguma restrição (**Caput do art. 43, da Lei Complementar n.º 123/06**).

14.2 – Caso haja restrição na regularidade fiscal, a regularização, inclusive com emissão de certidões, deverá ocorrer no prazo de cinco dias úteis, prorrogável por igual período, a critério da Administração, contados a partir do momento em que o proponente for declarado vencedor do certame (**§ 1º, art. 43 da Lei Complementar n.º 123/06, alterada pela Lei Complementar 147/14**).

14.3 – A não regularização da documentação no prazo previsto implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas nos artigos 82, 83 84 da Lei n.º 13.303/16. É facultado à Administração revogar a licitação ou convocar os licitantes remanescentes para a assinatura do contrato na ordem de classificação (**§ 2º, art. 43, da Lei Complementar n.º 123/06**).

15 – DA IMPUGNAÇÃO E DOS RECURSOS

Da impugnação

15.1 – Eventual impugnação ao presente Edital deverá ser apresentada à EMGEPRON, devidamente instruída, até 3 (três) dias úteis da data fixada para abertura da sessão pública desta licitação.

15.2 – O prazo para a Pregoeira, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração do Edital e dos Anexos, decidir sobre a impugnação será de 2 (dois) dias úteis, contado da data de

recebimento da impugnação.

Do recurso

15.3 – Declarado o vencedor da Licitação, qualquer licitante, durante a sessão pública, poderá manifestar sua intenção de recorrer, de forma imediata e motivada, devendo registrá-la no campo próprio do sistema.

15.4 – O licitante que manifestar o interesse em recorrer terá o prazo máximo de até três dias para fazê-lo; o mesmo prazo será garantido aos demais licitantes para apresentação de contrarrazão, contado a partir do término do prazo do recorrente.

15.5 – O recurso deverá ser dirigido à Diretoria, por intermédio da Pregoeira que, poderá reconsiderar sua decisão, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis ou, nesse mesmo prazo, subir o recurso, devidamente instruído, para decisão final, a ser proferida dentro do prazo de cinco dias úteis do seu recebimento.

15.6 – A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará na decadência do direito de recurso e na adjudicação do objeto da licitação ao vencedor.

15.7 – O recurso interposto contra decisão da Pregoeira não terá efeito suspensivo.

15.8 – O acolhimento de recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

15.9 – Decidido o recurso e constatada a regularidade dos atos procedimentais, será adjudicado o item ao licitante vencedor do certame.

15.10 – Dar-se-á conhecimento aos interessados da decisão dos recursos por e-mail, ou por outra maneira formal.

15.11 – O horário para entrega das impugnações e dos recursos serão das 9h às 15h de 2ª a 6ª feira, na Sede da EMGEPRON.

16 – DA HOMOLOGAÇÃO

16.1 – À vista do relatório da Pregoeira, o resultado da licitação será submetido à consideração da autoridade competente, para fins de homologação.

16.2 – Quando o adjudicatário **não cumprir o prazo de entrega do objeto** e condições estabelecidas, será facultado à EMGEPRON:

- a) convocar os licitantes remanescentes, registrados, na ordem de classificação; ou
- b) revogar a licitação.

17 – DO CONTRATO A SER CELEBRADO/OC

Da decorrência do contrato

17.1 – Os contratos decorrentes deste edital terão sua vigência conforme as disposições

contidas nos instrumentos convocatórios, obedecendo ao disposto no **art. 71 da Lei n.º 13.303/16**.

Do prazo

17.2 – Fica estabelecido o prazo de até 05 (cinco) dias úteis, a contar da publicação da homologação no Diário Oficial da União - DOU, para a convocação do Adjudicatário visando a celebração do contrato.

Da manutenção das condições de habilitação

17.3 – Na assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços.

Da convocação dos Licitantes remanescentes

17.4 – Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, outro licitante poderá ser convocado, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no item Sanções Administrativas.

18 – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

18.1 - Com fulcro nos arts. 82 e 83 da Lei nº 13.303/2016, pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, garantida a prévia defesa, poderão ser aplicadas ao contratado as seguintes sanções, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

- a) advertência;
- b) multa, na forma prevista neste contrato; e
- c) impedimento de licitar e Contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou

Municípios, conforme art. 49 do Decreto n.º 10.024/19.

18.2 - As sanções previstas nos itens a) e c) acima poderão ser aplicadas juntamente com a do item b, devendo a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, ser apresentada no prazo de 10 (dez) dias úteis.

18.3 - A advertência será aplicada em casos de faltas leves, assim entendidas aquelas que não impliquem prejuízo para a EMGEPRON e que não comprometam a continuação da prestação dos serviços.

18.4 - A multa aplicada será recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, a contar da comunicação oficial, nas hipóteses, condições e percentuais subsecutivos:

a.1 - 1% (um por cento) sobre o valor do Contrato por descumprimento de obrigações estabelecidas neste Contrato, até o limite de 20% (vinte por cento) do valor do contrato;

b.2 - 3% (três por cento) sobre o valor total do contrato, por dia de atraso injustificado;

c.3 - 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato no caso de inexecução parcial do objeto contratado, que se caracterizará após 8 (oito) dias úteis de atraso na execução dos serviços; e

d.4 - 20% (vinte por cento) sobre o valor total do Contrato no caso de inexecução total do objeto contratado, que se caracterizará após 15 (quinze) dias úteis de atraso na execução objeto, contados a partir da inexecução parcial contratado.

18.5 - A multa, que trata o item **18.4** acima, será aplicada após regular processo administrativo, e será descontada da garantia da respectiva CONTRATADA.

18.6 - Se a multa for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a CONTRATADA pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela EMGEPRON, ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

18.7 - As sanções previstas na minuta do contrato serão aplicadas administrativamente, independente de interpelação judicial ou extrajudicial.

18.8 - As multas previstas na minuta do contrato não impedem a EMGEPRON de rescindir o contrato e de aplicar outras sanções previstas em Lei.

19 – DO PRAZO DE EXECUÇÃO DO SERVIÇO

19.1 – O prazo de execução do serviço é de 12 meses corridos, podendo ser prorrogado por igual período até o limite de 60 meses, conforme legislação vigente.

20 – DO PAGAMENTO

20.1 – A EMGEPRON pagará a futura contratada pelo serviço em até 30 (trinta) dias após recebimento definitivo da apólice de seguro e após a apresentação da Fatura correspondente, devidamente aceita pela EMGEPRON.

20.2 – A Fatura será emitida contendo, discriminadamente:

- a) número do Contrato/Ordem de Compra;
- b) nome e código do Banco, nome e código da agência e número da conta para depósito; e
- c) Descrição do serviço.

A Fatura deverá conter os seguintes dados da Contratante:

EMPRESA GERENCIAL DE PROJETOS NAVAIS - EMGEPRON.

CNPJ: 27.816.487/0001-31 / Insc. Estadual: 83.541.695/ Insc. Municipal: 87969-0

Endereço: Edifício Almirante Raphael de Azevedo Branco, S/N – Centro – Rio de Janeiro – RJ – CEP: 20.180-001.

20.3 - As Certidões abaixo garantem a manutenção da sua condição de habilitação e a sustentabilidade social da contratação.

- a) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (**CNDT**);
- b) Certidão do Sistema de Cadastramento unificado do Fornecedor (**SICAF**) ou Certidão Negativa de Débito previdenciário e Tributos Federais (**CND**) e Certidão de regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (**FGTS**);
- c) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas (**CEIS**); e
- d) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – (**CNEP**).

20.4 – Em caso de rejeição da Nota Fiscal/ Fatura, motivada por erro ou incorreções, o prazo de 30 (trinta) dias passará a ser contado a partir da data de sua reapresentação.

20.5 – Nenhum pagamento será efetuado à licitante enquanto pendentes de liquidação qualquer obrigação que lhe for imposta, em virtude de penalidades ou inadimplemento, sem que isso gere direito ao pleito de atualização.

20.6 - Caso a futura CONTRATADA não seja optante pelo SIMPLES deverá observar o disposto no art. 34 inciso I da Lei nº 10.833/03, que solicita discriminação no corpo da nota fiscal / fatura das alíquotas de retenção na fonte para IR, CSLL, COFINS e PIS / PASEP, as quais a empresa está sujeita ou o motivo para a não retenção, se for o caso. Na falta dessas informações a EMGEPRON efetuará as devidas retenções enquadrando o fornecedor conforme análise da tabela de retenções existentes no ANEXO I da IN-RFB Nº 1234/12 e IN-RFB Nº 1244/12 e suas posteriores alterações.

21 – DA REVOGAÇÃO E DA ANULAÇÃO DA PRESENTE LICITAÇÃO

21.1 – A autoridade competente responsável por homologar os procedimentos licitatórios de que trata este Edital poderá:

- a) **revogar o processo**, por razões de interesse público, decorrentes de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta; e
- b) **anular o processo**, por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

21.2 - Os licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do

procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé ao ressarcimento dos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.

22 – DA DILIGÊNCIA

22.1 – A Pregoeira poderá, no julgamento da habilitação e das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

22.2 - Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata o subitem anterior, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no COMPRASNET com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

23 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

23.1 – A participação na presente licitação implica na concordância dos licitantes com todos os termos e condições deste Edital.

23.2 – Os licitantes arcarão com todos os custos decorrentes da elaboração e encaminhamento de suas propostas e lances.

23.3 – Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documentos, em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus Anexos.

23.4 – Somente serão aceitas as propostas e recebidos os lances encaminhados pelo sistema eletrônico.

23.5 – Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o dia do vencimento.

23.6 – Só se iniciam e vencem os prazos referidos neste Edital em dia de expediente neste órgão.

23.7 – Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório deverão ser enviados à Pregoeira, **exclusivamente**, para o e-mail **emgepron-licitacao@emgepron.gov.br** até as 17h do dia 31/03/2019, data correspondente a 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.

23.8 – A Pregoeira responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de 02 (dois) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido.

23.9 – A licitação poderá ter seu prazo para recebimento das propostas e documentação de habilitação adiado ou prorrogado.

23.10 – Para obtenção de informações, esclarecimentos e documentação necessária ao

serviço, as licitantes dirigir-se-ão à sede da EMGEPRON, situada na Ilha das Cobras, Edifício Almirante Raphael de Azevedo Branco - Centro, RJ, no horário de 8h a 12h e de 13h a 17h, e procurar o funcionário: Gesse Leão de Oliveira - telefone (21) 3907-1775.

23.11 – Para dirimir as questões oriundas desta licitação e do futuro contrato será competente a Justiça Federal na cidade do Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro, em 19 de março de 2020.

LUCIANA MARIA DIAS MAIA
Chefe da Divisão de Licitações

LICITAÇÃO Nº 014/ 2010 – PREGÃO ELETRÔNICO

NUP: 61984.004001/2020-43

TERMO DE REFERÊNCIA

1 – PROPÓSITO

Este Termo de Referência (TR) tem como propósito delinear o conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar o serviço a ser contratado, avaliar o seu custo e definir os métodos e o prazo de execução.

2 – JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

– **Motivação** – Cumprir cláusulas do Estatuto Social da EMGPERON de 1º de Dezembro de 2017, em seu Art. 34 e, da Lei 13.303/16, conforme disposto no Art. 17, §1º.

– **Histórico** – A contratação de Seguro de Responsabilidade Civil visa à proteção do patrimônio pessoal dos membros dos Conselhos de Administração e dos Diretores da EMGEPRON, que tendo praticado atos regulares de gestão em nome da Empresa, venham a responder por reclamações de natureza administrativa arbitral, judicial, tributária, trabalhista, previdenciária, cível, criminal ou de qualquer outra natureza.

3 – OBJETO

Contratação de Sociedade Seguradora com abrangência nacional, sem a interveniência de Corretor, para a prestação de Serviços de Seguro de Responsabilidade Civil para os membros do Conselho de Administração e Diretores da EMGEPRON (Seguro D&O – Directores and Officers Liability Insurance).

4 – DETALHAMENTO DO OBJETO

O serviço de Seguro de Responsabilidade Civil será prestado conforme quantidades e especificações descritas, e nas condições estabelecidas neste Termo de Referência. A apólice será à base de reclamação (“claims made basis”) com notificações, conforme circulares 336/2007 e 553/2017 da SUSEP.

4.1 – Dos Segurados

4.1.1 – Membros da Diretoria Executiva (Diretor-Presidente e quadro de Diretores), de acordo com o Estatuto Social da Empresa; e

4.1.2 – Membros do Conselho de Administração.

4.2 – Das Coberturas Básicas – as coberturas básicas correspondem às garantias mínimas da apólice, que serão automaticamente oferecidas em caso de contratação do Seguro. Processos e/ou procedimentos administrativos, judiciais ou arbitrais, de natureza cível, criminal, concorrencial, consumerista, previdenciária, trabalhista, tributária ou de qualquer outra natureza, nos quais o Segurado figure com réu ou parte passiva, em virtude de sua responsabilidade pessoal, solidária, subsidiária ou devido à desconsideração da personalidade jurídica da EMGEPRON, que possam resultar em:

4.2.1 – Decisão judicial (cível ou criminal) transitada em julgado ou decisão arbitral, por danos corporais, danos morais, danos materiais e prejuízos causados a terceiros, ocorridos ou não nas dependências da EMGEPRON, em decorrência de atos de gestão administrativa, praticados pelos segurados no exercício de suas funções, inclusive aqueles envolvendo empregados, prepostos ou terceiros, exceto por comprovada fraude, dolo ou má-fé;

4.2.2 – Acordos firmados em tribunais arbitrais e acordos judiciais ou extrajudiciais homologados pela Justiça, desde que negociados com o consentimento prévio da Seguradora; e decisão administrativa contra a qual não caiba recurso;

4.2.3 – Processos ou procedimentos administrativos, judiciais ou arbitrais, movidos em face de qualquer Segurado, em nome próprio ou da pessoa jurídica que representa, quando autorizado por lei para tanto, ou por terceiro com legítimo interesse contra o Segurado;

4.2.4 – Processos judiciais ou arbitrais, movidos pelo próprio Tomador em face de qualquer Segurado, desde que previamente deliberado pelos órgãos internos competentes;

4.2.5 – Processos e/ou procedimentos administrativos e/ou judiciais ou ainda, arbitrais, propostos em face dos Advogados Internos da EMGEPRON, desde que comprovado o vínculo trabalhista dos mesmos (Advogado empregado), em virtude de responsabilidade pelos atos praticados em nome do Tomador, dentro das atribuições conferidas por procuração e inerentes ao exercício da profissão;

4.2.6 – Notificações de terceiros, propostas em face do Segurado visando a responsabilizá-lo em virtude de ações, atos e omissões inerentes a sua condição de administrador do Tomador;

4.2.7 – Custos de Defesa incorridos por Reclamações contra quaisquer Segurados relacionadas à responsabilidade solidária e/ou subsidiária dos Administradores, por obrigações tributárias da Empresa;

4.2.8 – Custos de Defesa (emolumentos, honorários advocatícios e periciais, encargos de tradução, depósitos recursais, custos e despesas – judiciais ou extrajudiciais – necessários, razoáveis e condizentes com os valores de mercado incorridos ou assumidos com o consentimento prévio da Seguradora), desde que relacionados a fatos e acontecimentos que possam implicar a responsabilização pessoal ou solidária de Segurado devido à desconconsideração da personalidade jurídica. Inclui-se na definição de Custos de Defesa ou custo para interposição de recurso voluntário, quando da aplicação de multas e penalidades pecuniárias e não pecuniárias contra o Segurado;

4.2.9 – No caso da impossibilidade de o Segurado informar a Seguradora um sinistro referente aos custos de defesa por questões emergenciais, a Seguradora concederá aprovação retroativa, desde que essa emergência seja informada/solicitada à Seguradora em até 07 (sete) dias após o pagamento dos custos de defesa.

4.2.10 – Despesas incorridas com inquéritos administrativos, inquéritos policiais, despesas administrativas, processuais e arbitrais, tais como: honorários periciais, advocatícios e outros;

4.2.11 – Perdas e danos impostos aos Segurados, por medida judicial ou extrajudicial, a qual determine a indisponibilidade de seus bens pessoais, no todo ou em parte. Serão consideradas como medidas de bloqueio e indisponibilidade de bens as seguintes ocorrências: determinação de “penhora on line”, ou bloqueio de contas bancárias dos segurados determinadas por ordem ou despacho judicial; e determinação de indisponibilidade de bens, total ou parcial, para fins de investigação cível e/ou criminal, seja na fase administrativa ou judicial, assim que tal medida for determinada;

4.2.12 – Custo da contratação de Empresa Especializada em Serviços de Comunicação e Assessoria de Imagem, quando houver comprovado prejuízo à imagem, à honra ou reputação de qualquer pessoa Segurada causada pela veiculação de notícia, reportagem ou vazamento de informações sigilosas, desde que os fatos ou acontecimentos estejam relacionados à posição do Segurado;

4.2.13 – Indenização relativa a Reclamações apresentadas por um Segurado contra outro Segurado, baseadas ou como consequência de qualquer demissão, dispensa ou término do

contrato de trabalho, violação de qualquer contrato de trabalho, violação das leis que vedam a discriminação no local de trabalho;

4.2.14 – Indenização relativa a Reclamações movidas por Terceiros contra os Contadores Internos e Auditores Internos do Tomador, desde que reste comprovando o vínculo trabalhista destes em virtude de Responsabilidade pelos atos praticados em nome do Tomador, dentro das atribuições conferidas por procuração e inerentes ao exercício da profissão;

4.2.15 – Cobertura relativa a Reclamações em face de quaisquer dos Segurados à alegação de erros e omissões, relacionadas à prestação de serviços e/ou atividades inerentes ao objeto social do Tomador, desde que descaracterizada sua personalidade jurídica;

4.2.16 – Cobertura para reclamação contra o Tomador e/ou Segurado por danos ambientais (custos de defesa, prejuízos financeiros, danos corporais e materiais) em processos de natureza ambiental no qual figure como réu ou parte passiva;

4.2.17 – Reclamações feitas pela EMGEPRON contra Segurado (atuais, anteriores e futuros administradores), Segurado contra Segurado até o LMG (Limite Máximo de Garantia); e

4.2.18 – Celebração de Termo de Ajuste de Conduta – TAC para finalizar processos administrativos, nos termos da legislação vigente, desde que em consonância com a Seguradora será reconhecida com acordo extrajudicial e os valores despendidos inclusive a título de composição ou indenização serão devidamente cobertos pela apólice.

4.3 – Da Cobertura Para Práticas Trabalhistas Indevidas – Considera-se prática trabalhista indevida qualquer reclamação real ou alegada decorrente de:

4.3.1 – demissão, dispensa ou rescisão contratual, de Empregado supostamente injusta ou ilegal;

4.3.2 – falha do empregador relacionada à promoção, contratação, avaliação e/ou privação injusta de oportunidade na carreira, incluindo questões relativas à indisciplina e estabilidade;

4.3.3 – assédio sexual no local de trabalho;

4.3.4 – constrangimento de qualquer espécie no local de trabalho, incluindo a restrição de promoção ou imposição de ambiente de trabalho constrangedor;

4.3.5 – ocorrências em relações empregatícias envolvendo: invasão de privacidade, difamação, retaliação ou discriminação ilegal de qualquer espécie cometida contra um empregado.

4.4 – Das Exclusões das Garantias – não estão garantidas, pelo seguro, as quantias devidas e/ou despendidas, pelo segurado, para reparar, evitar e/ou minorar danos, de quaisquer espécies, decorrentes de:

4.4.1 – atos dolosos de quaisquer gêneros ou espécie, ou praticados pelo segurado ou por terceiro em seu benefício;

4.4.2 – ato ou fato objeto de reclamações apresentadas contra os segurados, antes do início da vigência da apólice;

4.4.3 – reclamações somente contra o tomador;

4.4.4 – descumprimento de Leis ou normas Federais, Estaduais ou Municipais relativas ao combate à corrupção e a Atos Lesivos à Administração Pública Nacional ou Estrangeira incluindo, mas não se limitando aos previstos nas Leis Federais nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), nº 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa) e nº 9.613/1998 (Lei de Lavagem de Dinheiro);

4.4.4.1 – Atos Lesivos à Administração Pública:

- a) prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público, ou a terceira pessoa a ele relacionada;
- b) comprovadamente, financiar, custear, patrocinar ou de qualquer modo subvencionar práticas de atos ilícitos previstos nestas Leis;
- c) comprovadamente usar-se de interposta pessoa física ou jurídica para ocultar ou dissimular seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários dos atos praticados;
- d) frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público;
- e) impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público;
- f) afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;
- g) fraudar licitação pública ou contrato dela decorrente;
- h) criar de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo;
- i) obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais;
- j) manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública; e

k) dificultar a atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou investir em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras e dos órgãos de fiscalização.

4.4.5 – pagamentos, comissões, doações, benefícios ou quaisquer outros favores para ou em benefício de qualquer agente, representante ou empregado de órgão governamental, de forças armadas, ou de empresas com participação do governo, nacional ou estrangeiro, ou quaisquer membros de suas famílias ou qualquer entidade a qual estejam afiliados;

4.4.6 – doações a políticos ou partidos políticos, sejam no Brasil ou no exterior;

4.4.7 – pagamento de multas e penalidades civis;

4.4.8 – descumprimento, por parte do Segurado, de obrigações trabalhistas, sejam contratuais ou legais, referentes à Seguridade Social, seguro obrigatório de acidentes de trabalho, pagamento de salários ou similares;

4.4.9 – descumprimento de obrigações assumidas, pelo Segurado, em contratos e/ou convenções;

4.4.10 – quebra de sigilo profissional;

4.4.11 – assédio, abuso ou violência sexual e/ou moral;

4.4.12 – acusação de calúnia, injúria e difamação.

4.4.13 – nas hipóteses acima, caso o Segurado venha a ser absolvido da reclamação após o trânsito em julgado, por decisão final da qual não caiba recurso, a Seguradora ressarcirá os prejuízos seguráveis até o Limite Máximo de Garantia (LMG) incorridos pelo Segurado em sua defesa, em reclamações notificadas à Seguradora durante o período da vigência do Seguro ou durante o Prazo Complementar ou Suplementar, de acordo com os termos e condições da apólice.

4.4.14 – além das exclusões previstas acima, o seguro de RC D&O não cobre os riscos de responsabilização civil dos segurados, conforme circular 553/2017 da SUSEP em seu artigo 6º, em decorrência de:

a) danos causados a terceiros, pelos segurados, na qualidade de cidadãos, quando não estiverem no exercício de seus cargos no tomador, e/ou em suas subsidiárias, e/ou em suas coligadas, situação que se enquadra em outro ramo de seguro, o seguro de responsabilidade civil geral (RC Geral);

b) danos causados terceiros, quando no exercício de profissões liberais, fora do exercício de seus cargos no tomador, e/ou em suas subsidiárias, e/ou em suas coligadas, que são enquadrados em outro ramo do seguro, o seguro de responsabilidade civil profissional (RC

Profissional);

c) danos ambientais, que são enquadrados em outro ramo de seguro, denominado seguro de responsabilidade civil de riscos ambientais (RC Riscos Ambientais).

4.4.14.1 – Os danos causados a terceiros, aos quais a sociedade tenha sido responsabilizada, em consequência de atos ilícitos culposos praticados por pessoa física, que exerça, e/ou tenha exercido, cargos de administração e/ou de gestão, executivos, quando comercializados como cobertura básica, devem ser enquadrados em outro ramo de seguro, denominado Responsabilidade Civil Geral.

4.5 – Das Extensões Automáticas de Coberturas

4.5.1 – cobertura para herdeiros, representantes legais e espólio – caso algum Segurado venha a falecer ou tornar-se incapaz civilmente, esta Apólice cobrirá indenizações de valores monetários decorrentes de qualquer reclamação feita de acordo com suas condições contra o espólio, seus herdeiros e representantes legais;

4.5.2 – cobertura para Responsabilidade Solidária de Bens – para os prejuízos sofridos na hipótese de recair sobre os bens do cônjuge ou do(a) companheiro(a) sob o regime de união estável do Segurado qualquer constrangimento ou constrição em virtude de alguma reclamação contra o Segurado.

4.6 – Da retroatividade – conforme disposto no Art. 4º do Anexo I da Circular da SUSEP nº 336, de 22 de janeiro de 2007, a retroatividade para fatos geradores desconhecidos pela EMGEPRON deverá ser limitada a um período de 24 meses, contados a partir da vigência da apólice.

4.7 – Do Prazo Complementar – conforme definido nas circulares da SUSEP 336/2017 e 553/2017 deverá constar da apólice a concessão de prazo adicional de 36 meses, sem cobrança de prêmio adicional, tendo início na data de término de vigência da apólice ou da data de seu cancelamento, para a apresentação de reclamações ao Segurado, por parte de terceiros a fatos ocorridos durante o período de vigência da apólice ou durante o período de retroatividade da cobertura, nas seguintes hipóteses:

- a) se a apólice não for renovada;
- b) se a apólice à base de reclamações for transferida para outra sociedade seguradora que não admita, integralmente, o período de retroatividade da apólice precedente;
- c) se a apólice for substituída por uma apólice à base de ocorrência, ao final de sua

vigência, na mesma sociedade seguradora ou em outra;

d) se a apólice for cancelada, desde que o cancelamento não tenha ocorrido por determinação legal, por falta de pagamento do prêmio ou por o pagamento das indenizações ter atingido o limite máximo de garantia da apólice, quando este tiver sido estabelecido.

4.8 – Do Prazo Suplementar – conforme definido nas circulares da SUSEP 336/2017 e 553/2017 deverá constar na apólice o direito de contratação de um prazo suplementar de 12 (doze) meses, imediatamente subsequente a vigência do prazo complementar, para a apresentação de reclamação de terceiros.

4.9 – Do Limite Máximo de Garantia – a importância assegurada para o presente Seguro e que representa o Limite Máximo de Garantia (LMG) pela Seguradora é de R\$ 10.0000.000,00 (Dez milhões de reais).

4.10 – Do Âmbito de cobertura – o âmbito da cobertura a ser adotado é o nacional.

5 – VALOR ESTIMADO

5.1 – O valor estimado para a execução do serviço é de R\$ 575.000,00 (quinhentos e setenta e cinco mil reais).

5.2 – O valor a ser pago inclui, enfim, todas as despesas necessárias à execução total do serviço licitado, bem como seus lucros, conforme as especificações e anexos contidos no Edital, cobrindo todos os custos de mão de obra, inclusive eventuais aumentos, aditamentos salariais ou outros benefícios e obrigações provenientes de Lei, Dissídio, Convenção ou Acordo Coletivo, bem como sentença judicial.

6 – RECURSOS FINANCEIROS

Os recursos financeiros para atendimento do objeto deste processo estão previstos no Programa de Dispêndio Global do ano de 2020 da EMGEPRON e correrão por conta do Centro de Custo 1.00.01, Conta financeira 3.1.5.0.1.01.0001.

7 – QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

7.1 – Para fins de comprovação da capacidade técnica, a licitante deverá comprovar aptidão para o desempenho de atividades pertinentes e compatíveis com o objeto deste Termo de

Referência, por meio de apresentação de:

a) Atestado(s) de Capacidade Técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a empresa licitante desempenhou serviços compatíveis com o objeto deste Termo de Referência, ou cópia de apólice que comprove a prestação de serviços de seguro na modalidade D&O com limite de indenização mínima de R\$ 5.000.000,00.

a.1) O(s) documento(s) apresentado(s) deverá(ão) conter dados: nome, endereço, telefone para contato, ou qualquer outro meio que permita a EMGEPRON identificar o(s) emitente(s) e possibilitar contato para validação.

a.2) Será aceito o somatório de apólices para a determinação do limite mínimo de indenização, desde que se refiram a períodos concomitantes.

b) Certidão de regularidade expedida pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, dentro do prazo de validade, informando que a licitante não se encontra sob o regime de liquidação extrajudicial, direção fiscal ou fiscalização extraordinária, e nem cumpri penalidade de suspensão imposta pela SUSEP.

c) Comprovação de que a licitante possui Nota Técnica aprovada na SUSEP para operação e comercialização de Seguro de Responsabilidade Civil (D&O – Directors and Officers).

d) Declaração do licitante expedida pela SUSEP, dentro do prazo de validade nela expresso, de que está em dia com suas reservas técnicas e de sinistros.

8 – QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

A qualificação Econômico-Financeira será comprovada com apresentação da certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

9 – OBRIGAÇÕES DA EMGEPRON

9.1 - Zelar, por intermédio do Gestor do Contrato da EMGEPRON (GCE), pela boa e fiel execução do Contrato a partir das bases estabelecidas no Projeto Básico/Termo de Referência.

9.2 - Providenciar o ingresso, trânsito e permanência de pessoal e preposto da CONTRATADA apresentado para a execução do objeto contratado, quando necessário;

9.3 - Informar à CONTRATADA os horários e rotinas de serviço e quaisquer alterações, quando necessário;

9.4 - Informar à CONTRATADA acerca das restrições administrativas e dos regulamentos internos, se houver, de forma a proporcionar os meios adequados para que a contratada possa realizar o objeto deste contrato, de acordo com as exigências estabelecidas.

9.5 - Notificar à CONTRATADA, por escrito, dos defeitos e irregularidades constatados na execução do objeto, fixando prazos para correção dos mesmos.

9.6 - Descontar os valores equivalentes aos prejuízos causados pela CONTRATADA, caso reste pendência de solução após a notificação da EMGEPRON referente a ocorrência concernente ao item supra, observando a ampla defesa e os demais providências e legais cabíveis.

9.7 - Efetuar o pagamento no preço e condições pactuadas.

10- OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1 - cumprir fielmente as disposições previstas na legislação vigente, no contrato celebrado e nos normativos da EMGEPRON, atuando em consonância com os princípios da probidade e da boa-fé.

10.2 - comunicar a imposição, a si, seus sócios e administradores, de penalidade que acarrete o impedimento de contratar com a EMGEPRON.

10.3 - manter durante toda a execução do contrato, os requisitos e condições de habilitação fixados no processo de licitação que deu origem a esta contratação.

10.4 - reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções decorrentes da execução ou de materiais empregados, sob a pena prevista no art. 76 da Lei nº 13.303/16, que confere o dever de indenizar a EMGEPRON pela correção dos mesmos.

10.5 - reparar todos os danos e prejuízos causados diretamente à EMGEPRON ou a terceiros, não restando excluída ou reduzida esta responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por parte do Gestor do contrato.

10.6 - pagar todos os encargos trabalhistas, fiscais e comerciais, que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre o objeto do contrato, podendo a EMGEPRON, a qualquer momento, exigir do CONTRATADO a comprovação de sua regularidade.

10.7 - Nos termos da legislação, a inadimplência do CONTRATADO quanto aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à EMGEPRON a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto deste contrato ou restringir a regularização e o uso das obras e edificações, inclusive perante o registro de imóveis.

10.8 - permitir vistorias e acompanhamento da execução deste objeto pelo Gestor e/ou Gestor administrativo do contrato.

10.9 - obedecer às instruções e aos procedimentos estabelecidos pela EMGEPRON para a adequada execução do contrato, apresentando as informações solicitadas e os documentos comprobatórios do adequado cumprimento das obrigações contratuais, tenham elas natureza principal ou acessória.

10.10 - indicar de forma eficiente a alocação dos riscos do serviço/aquisição contratado, que deverá estar, em compatibilidade com as obrigações e os encargos atribuídos, bem como a natureza do risco e o beneficiário das prestações a que se vincula, conforme Mapa de Riscos.

10.11 - designar preposto como responsável pelo Contrato, para participar de eventuais reuniões e ser o interlocutor do CONTRATADO, zelando pelo fiel cumprimento das obrigações previstas neste Instrumento.

10.12 – executar os serviços e efetuar o pagamento do seguro no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, a contar da data da decisão judicial, arbitral ou correlata que imputou o débito.

10.13 – aceitar nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões determinadas pela CONTRATANTE até 25% do valor contratado, na forma do Art. 81, §1º da Lei 13.303/2016.

10.14 – arcar com todos os custos de defesa, que são parte da indenização e estão sujeitos ao limite total combinado de garantias relacionadas às perdas e danos.

10.14.1 – o custeio de defesa será suportada pela CONTRATADA até o final da respectiva reclamação, independentemente de sua duração, ou seja, até o esgotamento de todos os recursos judiciais / administrativos admitidos pela legislação.

10.15 – emitir apólice condizente com as disposições deste Termo de Referência e com a normatização vigente (Circular 533/2017 da SUSEP).

10.16 – a Seguradora deverá apresentar no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da solicitação da EMGEPRON, um Certificado de Seguro ou Declaração de Cobertura contendo um resumo das condições do seguro e a confirmação de que a apólice encontra-se em processo de

emissão.

10.17 – emitir a apólice no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da aprovação formal do Certificado ou Declaração de Cobertura pela EMGEPRON.

10.18 – Credenciar preposto/corretor para representá-lo junto a EMGEPRON, com a incumbência de prestar esclarecimentos, atender e resolver todos os assuntos relativos à execução do contrato, devendo comparecer a EMGEPRON, sempre que requisitado, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

10.19 – Assumir integralmente a responsabilidade pela apólice de seguro, sendo vedada a participação de outras seguradoras na forma de cosseguro.

10.20 – Cumprir as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, leis e demais normativos correlatos.

11 – DA GESTÃO

A gestão da execução do objeto será exercida pelo(a) Sr(a) Rogério Braz de Almeida, Secretário do Conselho de Administração da EMGEPRON, que terá plenos poderes para:

- a) Recusar o objeto ou parte dele quando estiver em desacordo com as discriminações do objeto;
- b) Propor as medidas que couberem a cada situação não prevista;
- c) Exigir da CONTRATADA a retirada de quaisquer prepostos, ou empregados, que dificultem a sua ação fiscalizadora ou que não sejam considerados pela EMGEPRON capazes para o fim desejado, independente de justificativas; e
- d) Exigir esclarecimentos técnicos da CONTRATADA no que se refere ao objeto, de modo a garantir o seu perfeito acompanhamento técnico.

12 – PRAZO DE EXECUÇÃO DO SERVIÇO

O prazo de execução do serviço é de 12 meses corridos, podendo ser prorrogado por igual período até o limite de 60 meses, conforme legislação vigente.

Após o prazo de execução do Contrato o Gestor emitirá o Termo de Recebimento Provisório (TERP) e o Termo de Recebimento Definitivo (TERD) nas condições do Contrato.

13 – FORMALIZAÇÃO DO ACORDO

O Acordo será formalizado por instrumento contratual.

14 – REAJUSTAMENTO

O reajuste de preços, na forma prevista na legislação, poderá ser concedido em caso de períodos igual ou superior a um ano e será adotado como parâmetros básicos o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, sobre o preço referido na cláusula de Preços deste instrumento.

15 - PAGAMENTO

15.1 – A EMGEPRON pagará à licitante pelo serviço em até 30 (trinta) dias após recebimento definitivo da apólice de seguro e após a apresentação da Nota Fiscal/Fatura correspondente, devidamente aceita pela EMGEPRON, em parcela única.

15.2 – A Nota Fiscal será emitida contendo, discriminadamente:

- a) número do Contrato/Ordem de Compra;
- b) nome e código do Banco, nome e código da agência e número da conta para depósito; e
- c) descrição do serviço.

15.3 – A Nota Fiscal deverá conter os seguintes dados da Contratante:

EMPRESA GERENCIAL DE PROJETOS NAVAIS - EMGEPRON.

CNPJ: 27.816.487/0001-31 / Insc. Estadual: 83.541.695/ Insc. Municipal: 87969-0

Endereço: Edifício Almirante Raphael de Azevedo Branco, S/N – Centro – Rio de Janeiro – RJ - CEP: 20.180-001.

15.4 – As Certidões abaixo garantem a manutenção da sua condição de habilitação e a sustentabilidade social da contratação.

- a) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);
- b) Certidão do Sistema de Cadastramento unificado do Fornecedor (SICAF) ou Certidão Negativa de Débito previdenciário e Tributos Federais (CND) e Certidão de regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

c) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas (CEIS).

15.5 – Em caso de rejeição da Nota Fiscal/Fatura, motivada por erro ou incorreções, o prazo de 30 (trinta) dias passará a ser contado a partir da data de sua reapresentação.

15.6 – Nenhum pagamento será efetuado à licitante enquanto pendentes de liquidação qualquer obrigação que lhe for imposta, em virtude de penalidades ou inadimplemento, sem que isso gere direito ao pleito de atualização.

16 – GARANTIAS

A CONTRATADA apresentará garantia de fiel execução, correspondente a 5% do valor total do contrato.

17 – SANÇÕES

As regras de sanções deverão observar o disposto no contrato e legislação vigente.

19 – DECLARAÇÃO DE BEM COMUM

O Presente Objeto está de acordo com a Lei nº 10.520/02, consideram-se o objeto como bem/serviço comum.

Rio de Janeiro, de fevereiro de 2020.

Elaborado por:

GESSÉ LEÃO DE OLIVEIRA
Chefe da Seção de Benefícios Legais

De acordo:

GIOVANNA SILVA DA ANUNICIAÇÃO
Chefe do Departamento de Recursos Humanos

Aprovado por:

ALEXANDRE RODRIGUES VIVEIROS
Contra-Almirante (IM)
Diretor Administrativo-Financeiro

Em de de 2020, em sua Sede, a **EMPRESA GERENCIAL DE PROJETOS NAVAIS**, CNPJ n.º 27.816.487/0001-31, situada no Edifício Almirante Raphael de Azevedo Branco, Ilha das Cobras, Centro, Rio de Janeiro, RJ, doravante denominada **EMGEPRON** e a Empresa **XXXX**, CNPJ nº XXXX, estabelecida na XXX, n.º XXX, XXX – XXX – XXX – XXX - XX, CEP.: XXXXX, doravante denominada **CONTRATADA**, celebram o presente Contrato que foi precedido do processo de Licitação n.º 014/2020, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO** do Tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, nos termos da Lei n.º 10.520/02, do Decreto 10.024/2019, do Decreto n.º 8.538/15, da Lei Complementar nº 123/06, da Lei Complementar nº 139/11, da Lei Complementar nº 147/14, do Regulamento de Licitações da EMGEPRON – RCA-017/2018 e dos artigos 89 a 99 da Lei 8.666/93 e pela Lei nº 13.303/16, subsidiariamente, estando as partes contratantes sujeitas aos demais dispositivos legais pertinentes, e às Cláusulas a seguir:

CLÁUSULA 1ª – DA APROVAÇÃO DA MINUTA

1.1 - A minuta deste Contrato foi aprovada pelo Parecer Jurídico nº XXX/25XX/2020 da Assessoria Jurídica.

CLÁUSULA 2ª - DA DELEGACÃO DE COMPETÊNCIA

2.1 - De acordo com o artigo 49, incisos III e IX do Estatuto Social da EMGEPRON, aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária realizada em 1º de dezembro de 2017, o Diretor-Presidente tem competência para assinar este Acordo, junto com o Diretor Administrativo-Financeiro.

2.2 - De acordo com os Atos Constitutivos da empresa CONTRATADA, a XXX, CPF.: XXX, tem competência para assinar este Contrato.

CLÁUSULA 3ª - DOS ANEXOS

3.1 - Fazem parte integrante deste Contrato, como se nele estivessem transcritos, os seguintes anexos:

A -	Termo de Referência e Apêndices;
B -	Matriz de Risco; e
C -	Proposta de Preços da CONTRATADA.

3.2 - Em caso de divergência entre as cláusulas contratuais e os anexos, prevalecerão as condições estabelecidas nas cláusulas contratuais.

CLÁUSULA 4ª - DO OBJETO

4.1 – Contratação de Sociedade Seguradora com abrangência nacional, sem a interveniência de Corretor, para a prestação de Serviços de Seguro de Responsabilidade Civil para os membros do Conselho de Administração e Diretores da EMGEPRON (Seguro D&O – Directors and Officers Liability Insurance), conforme previsto no Termo de Referência – Anexo A.

DETALHAMENTO DO OBJETO

4.2 - O serviço de Seguro de Responsabilidade Civil será prestado conforme quantidades e especificações descritas, e nas condições estabelecidas no Termo de Referência. A apólice será à base de reclamação (“claims made basis”) com notificações, conforme circulares 336/2007 e 553/2017 da SUSEP.

Dos Segurados

4.3. – Membros da Diretoria Executiva (Diretor-Presidente e quadro de Diretores), de acordo com o Estatuto Social da Empresa; e

4.3.1 – Membros do Conselho de Administração.

Das Coberturas Básicas

4.4 As coberturas básicas correspondem às garantias mínimas da apólice, que serão automaticamente oferecidas em caso de contratação do Seguro. Processos e/ou procedimentos administrativos, judiciais ou arbitrais, de natureza cível, criminal, concorrencial, consumerista, previdenciária, trabalhista, tributária ou de qualquer outra natureza, nos quais o Segurado figure com réu ou parte passiva, em virtude de sua responsabilidade pessoal, solidária, subsidiária ou devido à desconsideração da personalidade jurídica da EMGEPRON, que possam resultar em:

4.4.1 – Decisão judicial (cível ou criminal) transitada em julgado ou decisão arbitral, por danos corporais, danos morais, danos materiais e prejuízos causados a terceiros, ocorridos ou não nas

EMPRESA GERENCIAL DE PROJETOS NAVAIS – EMGEPRON

dependências da EMGEPRON, em decorrência de atos de gestão administrativa, praticados pelos segurados no exercício de suas funções, inclusive aqueles envolvendo empregados, prepostos ou terceiros, exceto por comprovada fraude, dolo ou má-fé;

4.4.2 – Acordos firmados em tribunais arbitrais e acordos judiciais ou extrajudiciais homologados pela Justiça, desde que negociados com o consentimento prévio da Seguradora; e decisão administrativa contra a qual não caiba recurso;

4.4.3 – Processos ou procedimentos administrativos, judiciais ou arbitrais, movidos em face de qualquer Segurado, em nome próprio ou da pessoa jurídica que representa, quando autorizado por lei para tanto, ou por terceiro com legítimo interesse contra o Segurado;

4.4.4 – Processos judiciais ou arbitrais, movidos pelo próprio Tomador em face de qualquer Segurado, desde que previamente deliberado pelos órgãos internos competentes;

4.4.5 – Processos e/ou procedimentos administrativos e/ou judiciais ou ainda, arbitrais, propostos em face dos Advogados Internos da EMGEPRON, desde que comprovado o vínculo trabalhista dos mesmos (Advogado empregado), em virtude de responsabilidade pelos atos praticados em nome do Tomador, dentro das atribuições conferidas por procuração e inerentes ao exercício da profissão;

4.4.6 – Notificações de terceiros, propostas em face do Segurado visando a responsabilizá-lo em virtude de ações, atos e omissões inerentes a sua condição de administrador do Tomador;

4.4.7 – Custos de Defesa incorridos por Reclamações contra quaisquer Segurados relacionadas à responsabilidade solidária e/ou subsidiária dos Administradores, por obrigações tributárias da Empresa;

4.4.8 – Custos de Defesa (emolumentos, honorários advocatícios e periciais, encargos de tradução, depósitos recursais, custos e despesas – judiciais ou extrajudiciais – necessários, razoáveis e condizentes com os valores de mercado incorridos ou assumidos com o consentimento prévio da Seguradora), desde que relacionados a fatos e acontecimentos que possam implicar a responsabilização pessoal ou solidária de Segurado devido à desconsideração da personalidade jurídica. Inclui-se na definição de Custos de Defesa ou custo para interposição de recurso voluntário, quando da aplicação de multas e penalidades pecuniárias e não pecuniárias contra o Segurado;

4.4.9 – No caso da impossibilidade de o Segurado informar a Seguradora um sinistro referente aos custos de defesa por questões emergenciais, a Seguradora concederá aprovação retroativa, desde que essa emergência seja informada/solicitada à Seguradora em até 07 (sete) dias após o pagamento dos custos de defesa.

4.4.10 – Despesas incorridas com inquéritos administrativos, inquéritos policiais, despesas administrativas, processuais e arbitrais, tais como: honorários periciais, advocatícios e outros;

EMPRESA GERENCIAL DE PROJETOS NAVAIS – EMGEPRON

4.4.11 – Perdas e danos impostos aos Segurados, por medida judicial ou extrajudicial, a qual determine a indisponibilidade de seus bens pessoais, no todo ou em parte. Serão consideradas como medidas de bloqueio e indisponibilidade de bens as seguintes ocorrências: determinação de “penhora on line”, ou bloqueio de contas bancárias dos segurados determinadas por ordem ou despacho judicial; e determinação de indisponibilidade de bens, total ou parcial, para fins de investigação cível e/ou criminal, seja na fase administrativa ou judicial, assim que tal medida for determinada;

4.4.12 – Custo da contratação de Empresa Especializada em Serviços de Comunicação e Assessoria de Imagem, quando houver comprovado prejuízo à imagem, à honra ou reputação de qualquer pessoa Segurada causada pela veiculação de notícia, reportagem ou vazamento de informações sigilosas, desde que os fatos ou acontecimentos estejam relacionados à posição do Segurado;

4.4.13 – Indenização relativa a Reclamações apresentadas por um Segurado contra outro Segurado, baseadas ou como consequência de qualquer demissão, dispensa ou término do contrato de trabalho, violação de qualquer contrato de trabalho, violação das leis que vedam a discriminação no local de trabalho;

4.4.14 – Indenização relativa a Reclamações movidas por Terceiros contra os Contadores Internos e Auditores Internos do Tomador, desde que reste comprovando o vínculo trabalhista destes em virtude de Responsabilidade pelos atos praticados em nome do Tomador, dentro das atribuições conferidas por procuração e inerentes ao exercício da profissão;

4.4.15 – Cobertura relativa a Reclamações em face de quaisquer dos Segurados à alegação de erros e omissões, relacionadas à prestação de serviços e/ou atividades inerentes ao objeto social do Tomador, desde que descaracterizada sua personalidade jurídica;

4.4.16 – Cobertura para reclamação contra o Tomador e/ou Segurado por danos ambientais (custos de defesa, prejuízos financeiros, danos corporais e materiais) em processos de natureza ambiental no qual figure como réu ou parte passiva;

4.4.17 – Reclamações feitas pela EMGEPRON contra Segurado (atuais, anteriores e futuros administradores), Segurado contra Segurado até o LMG (Limite Máximo de Garantia); e

4.4.18 – Celebração de Termo de Ajuste de Conduta – TAC para finalizar processos administrativos, nos termos da legislação vigente, desde que em consonância com a Seguradora será reconhecida com acordo extrajudicial e os valores despendidos inclusive a título de composição ou indenização serão devidamente cobertos pela apólice.

Da Cobertura Para Práticas Trabalhistas Indevidas

4.5 – Considera-se prática trabalhista indevida qualquer reclamação real ou alegada decorrente

EMPRESA GERENCIAL DE PROJETOS NAVAIS – EMGEPRON

de:

4.5.1 – demissão, dispensa ou rescisão contratual, de Empregado supostamente injusta ou ilegal;

4.5.2 – falha do empregador relacionada à promoção, contratação, avaliação e/ou privação injusta de oportunidade na carreira, incluindo questões relativas à indisciplina e estabilidade;

4.5.3 – assédio sexual no local de trabalho;

4.5.4 – constrangimento de qualquer espécie no local de trabalho, incluindo a restrição de promoção ou imposição de ambiente de trabalho constrangedor;

4.5.5 – ocorrências em relações empregatícias envolvendo: invasão de privacidade, difamação, retaliação ou discriminação ilegal de qualquer espécie cometida contra um empregado.

Das Exclusões das Garantias

4.6 – Não estão garantidas, pelo seguro, as quantias devidas e/ou despendidas, pelo segurado, para reparar, evitar e/ou minorar danos, de quaisquer espécies, decorrentes de:

4.6.1 – Atos dolosos de quaisquer gêneros ou espécie, ou praticados pelo segurado ou por terceiro em seu benefício.

4.6.2 – Ato ou fato objeto de reclamações apresentadas contra os segurados, antes do início da vigência da apólice.

4.6.3 – Reclamações somente contra o tomador.

4.6.4 – Descumprimento de Leis ou normas Federais, Estaduais ou Municipais relativas ao combate à corrupção e a Atos Lesivos à Administração Pública Nacional ou Estrangeira incluindo, mas não se limitando aos previstos nas Leis Federais nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), nº 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa) e nº 9.613/1998 (Lei de Lavagem de Dinheiro);

4.6.4.1 – Atos Lesivos à Administração Pública:

- a)** Prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público, ou a terceira pessoa a ele relacionada;
- b)** Comprovadamente, financiar, custear, patrocinar ou de qualquer modo subvencionar práticas de atos ilícitos previstos nestas Leis;
- c)** Comprovadamente usar-se de interposta pessoa física ou jurídica para ocultar ou dissimular seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários dos atos praticados;
- d)** Frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público;
- e)** Impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público;
- f)** Afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;

EMPRESA GERENCIAL DE PROJETOS NAVAIS – EMGEPRON

- g) Fraudar licitação pública ou contrato dela decorrente;
- h) Criar de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo;
- i) Obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais;
- j) Manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública; e
- k) Dificultar a atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou investir em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras e dos órgãos de fiscalização.

4.6.5 – Pagamentos, comissões, doações, benefícios ou quaisquer outros favores para ou em benefício de qualquer agente, representante ou empregado de órgão governamental, de forças armadas, ou de empresas com participação do governo, nacional ou estrangeiro, ou quaisquer membros de suas famílias ou qualquer entidade a qual estejam afiliados.

4.6.6 – Doações a políticos ou partidos políticos, sejam no Brasil ou no exterior.

4.6.7 – Pagamento de multas e penalidades civis.

4.6.8 – Descumprimento, por parte do Segurado, de obrigações trabalhistas, sejam contratuais ou legais, referentes à Seguridade Social, seguro obrigatório de acidentes de trabalho, pagamento de salários ou similares.

4.6.9 – Descumprimento de obrigações assumidas, pelo Segurado, em contratos e/ou convenções.

4.6.10 – Quebra de sigilo profissional.

4.6.11 – Assédio, abuso ou violência sexual e/ou moral.

4.6.12 – Acusação de calúnia, injúria e difamação.

4.6.13 – Nas hipóteses acima, caso o Segurado venha a ser absolvido da reclamação após o trânsito em julgado, por decisão final da qual não caiba recurso, a Seguradora ressarcirá os prejuízos seguráveis até o Limite Máximo de Garantia (LMG) incorridos pelo Segurado em sua defesa, em reclamações notificadas à Seguradora durante o período da vigência do Seguro ou durante o Prazo Complementar ou Suplementar, de acordo com os termos e condições da apólice.

4.6.14 – Além das exclusões previstas acima, o seguro de RC D&O não cobre os riscos de responsabilização civil dos segurados, conforme circular 553/2017 da SUSEP em seu artigo 6º, em decorrência de:

- a) danos causados a terceiros, pelos segurados, na qualidade de cidadãos, quando não

EMPRESA GERENCIAL DE PROJETOS NAVAIS – EMGEPRON

estiverem no exercício de seus cargos no tomador, e/ou em suas subsidiárias, e/ou em suas coligadas, situação que se enquadra em outro ramo de seguro, o seguro de responsabilidade civil geral (RC Geral);

b) danos causados terceiros, quando no exercício de profissões liberais, fora do exercício de seus cargos no tomador, e/ou em suas subsidiárias, e/ou em suas coligadas, que são enquadrados em outro ramo do seguro, o seguro de responsabilidade civil profissional (RC Profissional); e

c) danos ambientais, que são enquadrados em outro ramo de seguro, denominado seguro de responsabilidade civil de riscos ambientais (RC Riscos Ambientais).

4.6.14.1 – Os danos causados a terceiros, aos quais a sociedade tenha sido responsabilizada, em consequência de atos ilícitos culposos praticados por pessoa física, que exerça, e/ou tenha exercido, cargos de administração e/ou de gestão, executivos, quando comercializados como cobertura básica, devem ser enquadrados em outro ramo de seguro, denominado Responsabilidade Civil Geral.

Das Extensões Automáticas de Coberturas

4.7– Cobertura para herdeiros, representantes legais e espólio – caso algum Segurado venha a falecer ou tornar-se incapaz civilmente, esta Apólice cobrirá indenizações de valores monetários decorrentes de qualquer reclamação feita de acordo com suas condições contra o espólio, seus herdeiros e representantes legais;

4.7.1 – Cobertura para Responsabilidade Solidária de Bens – para os prejuízos sofridos na hipótese de recair sobre os bens do cônjuge ou do(a) companheiro(a) sob o regime de união estável do Segurado qualquer constrangimento ou constrição em virtude de alguma reclamação contra o Segurado.

Da retroatividade

4.8 – Conforme disposto no Art. 4º do Anexo I da Circular da SUSEP nº 336, de 22 de janeiro de 2007, a retroatividade para fatos geradores desconhecidos pela EMGEPRON deverá ser limitada a um período de 24 meses, contados a partir da vigência da apólice.

Do Prazo Complementar

4.9 – Conforme definido nas circulares da SUSEP 336/2017 e 553/2017 deverá constar da apólice a concessão de prazo adicional de 36 meses, sem cobrança de prêmio adicional, tendo início na data de término de vigência da apólice ou da data de seu cancelamento, para a apresentação de reclamações ao Segurado, por parte de terceiros a fatos ocorridos durante o período de vigência da apólice ou durante o período de retroatividade da cobertura, nas seguintes hipóteses:

a) se a apólice não for renovada;

EMPRESA GERENCIAL DE PROJETOS NAVAIS – EMGEPRON

b) se a apólice à base de reclamações for transferida para outra sociedade seguradora que não admita, integralmente, o período de retroatividade da apólice precedente;

c) se a apólice for substituída por uma apólice à base de ocorrência, ao final de sua vigência, na mesma sociedade seguradora ou em outra;

d) se a apólice for cancelada, desde que o cancelamento não tenha ocorrido por determinação legal, por falta de pagamento do prêmio ou por pagamento das indenizações ter atingido o limite máximo de garantia da apólice, quando este tiver sido estabelecido.

Do Prazo Suplementar

4.10 – Conforme definido nas circulares da SUSEP 336/2017 e 553/2017 deverá constar na apólice o direito de contratação de um prazo suplementar de 12 (doze) meses, imediatamente subsequente a vigência do prazo complementar, para a apresentação de reclamação de terceiros.

Do Limite Máximo de Garantia

4.11 – A importância segurada para o presente Seguro e que representa o Limite Máximo de Garantia (LMG) pela Seguradora é de R\$ 10.0000.000,00 (Dez milhões de reais).

Do Âmbito de cobertura

4.12 – O âmbito da cobertura a ser adotado é o nacional.

CLÁUSULA 5ª – DA CONSERVAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

5.1 - A CONTRATADA se obriga a manter, durante todo o prazo de execução, as condições de habilitação que tenham sido exigidas no processo de Licitação, que antecedeu a assinatura deste Contrato (Art. 69, inc. IX da Lei 13.303/2016).

5.2 - Constatada situação de irregularidade da CONTRATADA quanto a sua habilitação, a EMGEPRON providenciará sua notificação, por escrito, determinando prazo, para que a CONTRATADA regularize sua situação junto aos órgãos competentes ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa, sob pena de rescisão do Contrato.

CLÁUSULA 6ª - DAS OBRIGAÇÕES DA EMGEPRON

6.1 - Zelar, por intermédio do Gestor do Contrato da EMGEPRON, pela boa e fiel execução do Contrato a partir das bases estabelecidas no Termo de Referência.

6.2 - Providenciar o ingresso, trânsito e permanência de pessoal e preposto da CONTRATADA apresentado para a execução do objeto contratado, quando necessário.

6.3 - Informar à CONTRATADA os horários e rotinas de serviço e quaisquer alterações, quando necessário.

6.4 - Informar à CONTRATADA acerca das restrições administrativas e dos regulamentos

EMPRESA GERENCIAL DE PROJETOS NAVAIS – EMGEPRON

Ilha das Cobras, Ed. Almirante Raphael de Azevedo Branco, SN
Centro, Rio de Janeiro, RJ – Brasil – CEP: 20180-001

Tel.: 55(21) 3907-1800 | Fax.: 55 (21) 2233-5142 | E-mail: emgepron@emgepron.gov.br | Site: www.emgepron.gov.br

internos, se houver, de forma a proporcionar os meios adequados para que a contratada possa realizar os serviços, de acordo com as exigências estabelecidas.

6.5 - Notificar à CONTRATADA, por escrito, dos defeitos e irregularidades constatados na execução do objeto contratado, fixando prazos para correção dos mesmos.

6.6 - Descontar os valores equivalentes aos prejuízos causados pela CONTRATADA, caso reste pendência de solução após a notificação da EMGEPRON referente a ocorrência concernente ao item supra, independente de ações administrativas e legais cabíveis.

6.7 – Efetuar o pagamento no preço e condições pactuadas.

6.8 – A EMGEPRON não se responsabiliza por qualquer tipo de inadimplência de seus empregados e respectivos dependentes.

CLÁUSULA 7ª - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1 - Cumprir fielmente as disposições previstas na legislação vigente, no contrato celebrado e nos normativos da EMGEPRON, atuando em consonância com os princípios da probidade e da boa-fé.

7.2 - Comunicar a imposição, a si, seus sócios e administradores, de penalidade que acarrete o impedimento de contratar com a EMGEPRON.

7.3 - Manter durante toda a execução do contrato, os requisitos e condições de habilitação fixados no processo de licitação que deu origem a esta contratação.

7.4 - Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções decorrentes da execução ou de materiais empregados, sob a pena prevista no art. 76 da Lei nº 13.303/16, que confere o dever de indenizar a EMGEPRON pela correção dos mesmos.

7.5 - Reparar todos os danos e prejuízos causados diretamente à EMGEPRON ou a terceiros, não restando excluída ou reduzida esta responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por parte do Gestor do contrato.

7.6 - Pagar todos os encargos trabalhistas, fiscais e comerciais, que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre o objeto do contrato, podendo a EMGEPRON, a qualquer momento, exigir da CONTRATADA a comprovação de sua regularidade.

7.7 - Nos termos da legislação, a inadimplência da CONTRATADA quanto aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à EMGEPRON a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto deste contrato ou restringir a regularização e o uso das obras e edificações, inclusive perante o registro de imóveis.

7.8 - Permitir vistorias e acompanhamento da execução deste objeto pelo Gestor e/ou Gestor

EMPRESA GERENCIAL DE PROJETOS NAVAIS – EMGEPRON

administrativo do contrato.

7.9 - Obedecer às instruções e aos procedimentos estabelecidos pela EMGEPRON para a adequada execução do contrato, apresentando as informações solicitadas e os documentos comprobatórios do adequado cumprimento das obrigações contratuais, tenham elas natureza principal ou acessória.

7.10 - Indicar de forma eficiente a alocação dos riscos do serviço/aquisição contratado, que deverá estar, em compatibilidade com as obrigações e os encargos atribuídos, bem como a natureza do risco e o beneficiário das prestações a que se vincula, conforme Mapa de Riscos.

7.11 - Designar preposto como responsável pelo Contrato, para participar de eventuais reuniões e ser o interlocutor da CONTRATADA, zelando pelo fiel cumprimento das obrigações previstas neste Instrumento.

7.12 - Apresentar, de forma tempestiva, por meio de comunicação formal escrita, proposta de ações corretivas para solução de problemas de qualidade que porventura forem observados ou surgidos no decorrer dos serviços.

7.13 - Comunicar ao Gestor do Contrato todo e qualquer fato irregular de que tenha conhecimento e que possa afetar o escopo do serviço, bem como fato que de algum modo possa interferir na boa, regular e tempestiva execução do objeto Contratado.

7.14 - Independente da atuação fiscalizadora da EMGEPRON, a CONTRATADA não poderá se eximir da sua total obrigação pela boa e fiel execução dos serviços contratados e que foram objeto do TR sobre o qual formulou sua proposta.

7.15 - Não divulgar ou fornecer dados ou informações referentes aos serviços realizados na contratação, a menos que seja expressamente autorizado, por escrito, pelo Gestor do Contrato.

7.16 - executar os serviços e efetuar o pagamento do seguro no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, a contar da data da decisão judicial, arbitral ou correlata que imputou o débito.

aceitar nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões determinadas pela CONTRATANTE até 25% do valor contratado, na forma do Art. 81, §1º da Lei 13.303/2016.

7.17 – Arcar com todos os custos de defesa, que são parte da indenização e estão sujeitos ao limite total combinado de garantias relacionadas às perdas e danos.

7.18 – o custeio de defesa será suportada pela CONTRATADA até o final da respectiva reclamação, independentemente de sua duração, ou seja, até o esgotamento de todos os recursos judiciais / administrativos admitidos pela legislação.

7.19 – emitir apólice condizente com as disposições deste Termo de Referência e com a normatização vigente (Circular 533/2017 da SUSEP).

7.20 – A Seguradora deverá apresentar no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da solicitação da

EMPRESA GERENCIAL DE PROJETOS NAVAIS – EMGEPRON

EMGEPRON, um Certificado de Seguro ou Declaração de Cobertura contendo um resumo das condições do seguro e a confirmação de que a apólice encontra-se em processo de emissão.

7.21 – Emitir a apólice no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da aprovação formal do Certificado ou Declaração de Cobertura pela EMGEPRON.

7.22 – Credenciar preposto/corretor para representá-lo junto a EMGEPRON, com a incumbência de prestar esclarecimentos, atender e resolver todos os assuntos relativos à execução do contrato, devendo comparecer a EMGEPRON, sempre que requisitado, no prazo

7.23 – Assumir integralmente a responsabilidade pela apólice de seguro, sendo vedada a participação de outras seguradoras na forma de cosseguro.

7.24 – Cumprir as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, leis e demais normativos correlatos.

CLÁUSULA 8ª - DA GESTÃO

8.1 - A Fiscalização da execução do objeto será exercida pelo Sr. Rogério Braz De Almeida, Secretário do Conselho de Administração da EMGEPRON.

8.2 – A eventual falta de acompanhamento, fiscalização ou inspeção NÃO excluirá nem reduzirá as responsabilidades da CONTRATADA.

8.3 - A Fiscalização acompanhará o cumprimento das disposições contratuais, inspecionará os serviços e terá plenos poderes para:

- a) Recusar o objeto ou parte dele quando estiver em desacordo com as discriminações contidas no Termo de Referência;
- b) Propor as medidas que couberem a cada situação não prevista;
- c) Exigir esclarecimentos técnicos da CONTRATADA no que se refere ao objeto e respectivo detalhamento, de modo a garantir o seu perfeito acompanhamento técnico;
- d) Certificar autorizando os pagamentos do objeto adquirido, e
- e) Emitir o TERD (Termo de Recebimento Definitivo), atestando o perfeito recebimento do objeto ora contratado.

8.4 - Todas as instruções, reclamações, e quaisquer entendimentos entre os Gestores deste contrato e a CONTRATADA, serão feitos por escrito, via e-mail ou correspondência via Correios.

8.5 – Deverá ser indicado um Gestor substituto, por meio de um Termo de Assunção de Substituição Temporária, na ocasião de férias ou afastamento temporário do Gestor do contrato.

CLÁUSULA 9ª - DOS RECURSOS

9.1 – Os recursos financeiros para atendimento do objeto deste processo estão previstos no **EMPRESA GERENCIAL DE PROJETOS NAVAIS – EMGEPRON**

Programa de Dispendio Global do ano de 2020 da EMGEPRON e correrão por conta do Centro de Custo 1.00.01, Conta financeira 3.1.5.0.1.01.0001.

CLÁUSULA 10ª - DO PREÇO

10.1 - O valor global para a prestação deste contrato é de R\$ XXXX (xxx xxxx xxxx).

10.2 - Os preços pagos incluem, enfim, todas as despesas necessárias à execução total do serviço licitado, bem como seus lucros, conforme as especificações e anexos contidos no Edital, cobrindo todos os custos de mão de obra, inclusive eventuais aumentos, aditamentos salariais ou outros benefícios e obrigações provenientes de Lei, Dissídio, Convenção ou Acordo Coletivo, bem como sentença judicial.

10.3 - Todos os tributos, custos, seguros e encargos, de qualquer natureza, incidentes sobre a Contratada para execução integral e perfeita do objeto contratado.

CLÁUSULA 11ª - DO PAGAMENTO

11.1 - O pagamento da Fatura referente à prestação de serviço será realizada pela EMGEPRON, por meio de depósito bancário, em até 30 (trinta) dias úteis após recebimento definitivo da apólice de seguro e após a apresentação da Nota Fiscal/Fatura correspondente, devidamente aceita pela EMGEPRON, em parcela única.

A Nota Fiscal será emitida contendo, discriminadamente:

- a) Número do Contrato/Ordem de Compra;
- b) Nome e código do Banco, nome e código da agência e número da conta para depósito;
- e
- c) descrição do serviço.

A Fatura deverá conter os seguintes dados da Contratante:

EMPRESA GERENCIAL DE PROJETOS NAVAIS - EMGEPRON.

CNPJ: 27.816.487/0001-31 / Insc. Estadual: 83.541.695/ Insc. Municipal: 87969-0

Endereço: Edifício Almirante Raphael de Azevedo Branco, S/N – Centro – Rio de Janeiro – RJ - CEP: 20.180-001.

11.2 - As Certidões abaixo garantem a manutenção da sua condição de habilitação e a sustentabilidade social da contratação.

- a) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);
- b) Certidão do Sistema de Cadastramento unificado do Fornecedor (SICAF) ou Certidão Negativa de Débito previdenciário e Tributos Federais (CND) e Certidão de regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

EMPRESA GERENCIAL DE PROJETOS NAVAIS – EMGEPRON

c) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas (CEIS); e

d) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – (CNEP).

11.3 - No caso de incorreção nos documentos apresentados, inclusive na Nota Fiscal/ Fatura serão os mesmos restituídos à CONTRATADA para as correções necessárias, não respondendo a EMGEPRON por quaisquer ônus resultantes de atrasos na liquidação dos pagamentos correspondentes.

11.4 - Caso a Nota Fiscal / Fatura seja devolvida por impropriedade na documentação, o prazo previsto para pagamento será considerado a partir da data da reapresentação da Nota Fiscal/Fatura.

11.5 - Caso a Contratada não seja optante pelo SIMPLES deverá observar o disposto no art. 34 inciso I da Lei nº 10.833/03, que solicita discriminação no corpo da nota fiscal / fatura das alíquotas de retenção na fonte para IR, CSLL, COFINS e PIS / PASEP, as quais a empresa está sujeita ou o motivo para a não retenção, se for o caso. Na falta dessas informações a EMGEPRON efetuará as devidas retenções enquadrando o fornecedor conforme análise da tabela de retenções existentes no ANEXO I da IN-RFB Nº 1234/12 e IN-RFB Nº 1244/12 e suas posteriores alterações.

11.6 - Considerando a forma peculiar de pagamento adotada pela Administração Pública, é de fato a CONTRATADA emitir duplicatas comerciais em função deste Contrato. A emissão desse título de crédito, ou de qualquer outro, sem prejuízo das providências judiciais cabíveis, por caracterizar um ilícito grave, equiparável à emissão de “duplicatas simuladas”, demandará o sancionamento da CONTRATADA, conforme previsto no Art. 83 da Lei 13.303/16 e aplicação de uma das penas prescritas dos Arts. 89 à 99 da Lei N.º 8.666/93, por ter incorrido na situação disposta do mesmo diploma legal.

11.7 - Para efeito de cobrança de valores contratuais, a CONTRATADA deverá encaminhar a fatura, discriminando todas as importâncias devidas, mensalmente.

11.8 - Uma vez recebida a fatura, a EMGEPRON providenciará sua aferição e, após aceitação dos serviços prestados, efetuará o pagamento no 10º (décimo) dia subsequente à data da fatura.

11.9 - Caberá a CONTRATADA, caso sejam encontradas divergências na documentação de cobrança, emitir novas faturas com o valor correto ou comprovar a correção dos valores contestados pela EMGEPRON, que serão pagos futuramente sem incidência de juros ou multa. Nesse caso, o prazo para pagamento será acrescido de mais 10 dias a partir da nova emissão.

CLÁUSULA 12ª - DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

12.1 - A revisão de preços poderá, através do Gestor do Contrato, ser realizada por iniciativa da

EMGEPRON ou mediante solicitação da CONTRATADA, quando ocorrer fato imprevisível ou previsível, porém, de consequências incalculáveis, retardador ou impeditivo da execução do Contrato, ou ainda em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, que onere ou desonere as obrigações pactuadas no presente Instrumento, sendo, porém, vedada nas hipóteses em que o risco seja alocado à CONTRATADA nos termos da Cláusula de Matrizes de Riscos, respeitando-se o seguinte:

a) a CONTRATADA deverá formular à EMGEPRON requerimento para a revisão do Contrato, comprovando a ocorrência do fato gerador;

b) a comprovação será realizada por meio de documentos, tais como, atos normativos que criem ou alterem tributos, lista de preço de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de mercadorias, alusivas à época da elaboração da proposta ou do último reajuste e do momento do pedido de revisão; e

c) com o requerimento, a CONTRATADA deverá apresentar planilhas de custos unitários, comparativas entre a data da formulação da proposta ou do último reajuste e o momento do pedido de revisão, contemplando os custos unitários envolvidos e evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor pactuado.

12.2 - Independentemente de solicitação, a EMGEPRON poderá convocar a CONTRATADA para negociar a redução dos preços, mantendo o mesmo objeto contratado, na quantidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços de mercado, ou de itens que compõem o custo, cabendo a CONTRATADA apresentar as informações solicitadas pela EMGEPRON.

12.3 – A CONTRATADA deverá solicitar o reajuste e/ou a revisão de preços até o encerramento do Contrato, hipótese em que os efeitos financeiros serão concedidos de modo retroativo a partir do fato gerador, observando-se, ainda, que:

a) caso o fato gerador do reajuste e/ou da revisão de preços ou a divulgação do índice de reajuste ocorra com antecedência inferior a 60 (sessenta) dias do encerramento do Contrato, a CONTRATADA terá o prazo de 60 (sessenta) dias, a contar do fato gerador ou da data de divulgação do índice, para solicitar o reajuste e/ou a revisão de preços;

b) caso a divulgação do índice de reajuste ocorra após o encerramento do Contrato, a CONTRATADA terá o prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data de divulgação do índice, para solicitar o reajuste de preços;

c) a EMGEPRON deverá analisar o pedido de reajuste e/ou revisão de preços em até 90 (noventa) dias, contados da solicitação e da entrega pela CONTRATADA dos comprovantes de variação dos custos, ficando este prazo suspenso, a critério do EMGEPRON, enquanto a CON-

EMPRESA GERENCIAL DE PROJETOS NAVAIS – EMGEPRON

TRATADA não apresentar a documentação solicitada para a com provação da variação de custos;
e

d) caso a CONTRATADA não solicite o reajuste e/ou revisão de preços nos prazos fixados acima, operar-se-á a renúncia a eventual direito ao reajuste e/ou à revisão.

CLÁUSULA 13ª – DA MATRIZ DE RISCO

13.1 – A EMGEPRON e a CONTRATADA, tendo como premissa a obtenção do melhor custo contratual mediante a alocação do risco à parte com maior capacidade para geri-lo e absorvê-lo, identificam os riscos decorrentes da relação contratual e, sem prejuízo de outras previsões contratuais, estabelecem os respectivos responsáveis nas Matrizes de Riscos apêndices III e IV deste Contrato.

13.2 – A revisão de preço aludido nas Matrizes de Riscos deve respeitar o disposto na Cláusula de Equilíbrio Econômico-Financeiro deste Contrato.

13.3 - É vedada a celebração de aditivos decorrentes de eventos supervenientes alocados, nas Matrizes de Riscos, como de responsabilidade da CONTRATADA.

CLÁUSULA 14ª - DO REAJUSTAMENTO

14.1 – O reajuste de preços, na forma prevista na legislação, poderá ser concedido em caso de períodos igual ou superior a um ano e será adotado como parâmetros básicos o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, sobre o preço referido na cláusula de Preços deste instrumento.

CLÁUSULA 15ª - DOS PRAZOS

15.1 – O prazo de execução deste Contrato é de 12 (doze) meses, iniciando-se em xxx de xxx de 202x e terminando em xxx de xxx de 202x, podendo ser prorrogado mediante Termo Aditivo.

15.2 – O prazo de vigência deste Contrato, iniciando-se em de de 202X e termina 90 (noventa) dias depois do prazo de execução.

15.3 – Após o prazo de execução do Contrato a fiscalização emitirá, conforme cada caso, o Termo de Recebimento Provisório (TERP) ou Termo de Recebimento Definitivo (TERD), nas condições e nos prazos no Termo de Referência.

15.4 – A CONTRATADA quando convocada para se manifestar quanto a aceitação ou não da prorrogação dos prazos deste acordo deverá responder, no prazo máximo de 5 (cinco) dias uteis a partir da convocação.

CLÁUSULA 16ª – DAS GARANTIAS

16.1 – A CONTRATADA apresentará garantia de fiel execução, no valor de R\$ XXX (xxx xxx

EMPRESA GERENCIAL DE PROJETOS NAVAIS – EMGEPRON

xxx), correspondente a 5% (cinco por cento) do valor fixo da menor previsão de inscritos do Contrato, válida pelo mesmo período de vigência do subitem 15.2 deste Contrato. Caberá à CONTRATADA optar por uma das seguintes modalidades de garantia:

I - caução, em dinheiro;

II - seguro-garantia; ou

III - fiança bancária.

16.2 - O montante caucionado em dinheiro, será restituído à CONTRATADA mediante autorização da EMGEPRON por Ofício, após a execução do Contrato e será atualizada monetariamente (*art. 70, § 4º, Lei 13.303/16*).

16.3 – O início da execução deste acordo citado na cláusula **15.1**, está condicionado à entrega da garantia exigida no item **16.1** acima.

16.4 - A CONTRATADA receberá uma cópia deste Contrato assinado e digitalizado a fim de permitir a obtenção da garantia.

CLÁUSULA 17ª – DA ALTERAÇÃO

17.1 - Poderá ser alterado, por acordo entre as partes e observado, as hipóteses e limites previstos no art. 81 da Lei n.º 13.303/16.

17.2 – É vedada a modificação contratual que mude a natureza do objeto da contratação ou afete as condições essenciais previstas no TR.

17.3 – As alterações contratuais serão formalizados mediante instrumento aditivo, ressalvadas as hipóteses legais previstas no art. 81 § 7º da Lei n.º 13.303/16, que podem ser registrados por apostilamento e os pequenos ajustes necessários à eventual correção de erros materiais ou à alteração de dados acessórios do contrato, que poderão ser celebrados por simples Errata.

CLÁUSULA 18ª - DA RESCISÃO

18.1 - A EMGEPRON, poderá rescindir o presente Contrato por acordo entre as partes, observando os casos previstos na Lei nº 13.303/2016 e demais dispositivos Legais.

18.2 – Nos casos de rescisão amigável entre as partes, quando o sinistro majorar excessivamente ou impedir a continuidade da execução contratual.

18.3 - Nos casos de inexecução total ou parcial deste acordo em que fique caracterizado dano causado à EMGENPRON.

CLÁUSULA 19ª – DA EXTINÇÃO

19.1 - Para os casos comprovadamente considerados de caso fortuito ou força maior, poderá, o

EMPRESA GERENCIAL DE PROJETOS NAVAIS – EMGEPRON

Ilha das Cobras, Ed. Almirante Raphael de Azevedo Branco, SN
Centro, Rio de Janeiro, RJ – Brasil – CEP: 20180-001

Tel.: 55(21) 3907-1800 | Fax.: 55 (21) 2233-5142 | E-mail: emgepron@emgepron.gov.br | Site: www.emgepron.gov.br

contrato, ser extinto.

19.2 – No caso do cumprimento de todas as etapas previstas neste acordo, inclusive as que tratam as obrigações da EMGEPRON e da CONTRATADA.

CLÁUSULA 20ª - DAS SANÇÕES

20.1 - Com fulcro nos arts. 82 e 83, Inc. I e II da Lei nº 13.303/2016, pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, garantida a prévia defesa, poderão ser aplicadas à CONTRATADA as seguintes sanções, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

- a) advertência;
- b) multa, na forma prevista neste contrato; e
- c) impedimento de licitar e Contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, conforme o Art. 7º da Lei nº 10.520/02, nos casos de contratos oriundos de Pregão.

20.2 - As sanções previstas nos itens a) e c) acima poderão ser aplicadas juntamente com a do item b), devendo a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, ser apresentada no prazo de 10 (dez) dias úteis.

20.3 - A advertência será aplicada em casos de faltas leves, assim entendidas aquelas que não impliquem prejuízo para a EMGEPRON e que não comprometam a continuação da prestação dos serviços.

20.4 - A multa aplicada será recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, a contar da comunicação oficial, nas hipóteses, condições e percentuais subsecutivos:

- a.1** - 1% (um por cento) sobre o valor do Contrato por descumprimento de obrigações estabelecidas neste Contrato, até o limite de 20% (vinte por cento) do valor do contrato;
- b.2** - 3% (três por cento) sobre o valor total do contrato, por dia de atraso injustificado;
- c.3** - 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato no caso de inexecução parcial do objeto contratado, que se caracterizará após 8 (oito) dias úteis de atraso na execução dos serviços; e
- d.4** – 20% (vinte por cento) sobre o valor total do Contrato no caso de inexecução total do objeto contratado, que se caracterizará após 15 (quinze) dias úteis de atraso na execução objeto, contados a partir da inexecução parcial contratado.

20.5 - A multa, que trata o item **20.4** acima, será aplicada após regular processo administrativo, e será descontada da garantia da respectiva CONTRATADA.

20.6 - Se a multa for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a CONTRATADA pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos

eventualmente devidos pela EMGEPRON, ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

20.7 - As sanções previstas neste Contrato serão aplicadas administrativamente, independente de interpelação judicial ou extrajudicial.

20.8 - As multas previstas neste contrato não impedem a EMGEPRON de rescindir o contrato e de aplicar outras sanções previstas em Lei.

CLÁUSULA 21ª - DOS ILÍCITOS PENAIIS

21.1 - As infrações penais tipificadas na Lei nº 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

CLÁUSULA 22ª - DOS CASOS FORTUITOS OU DE FORÇA MAIOR

22.1 - Serão considerados casos fortuitos ou de força maior, para efeito de rescisão contratual unilateral ou aplicação de multas, os inadimplementos decorrentes das situações a seguir, quando vierem a afetar a realização dos serviços no local onde estiver sendo executado o Objeto do Contrato:

- a) greve geral;
- b) interrupção dos meios normais de transportes;
- c) calamidade pública;
- d) acidentes, sem culpa da CONTRATADA, que impliquem retardamento da execução do serviço;
- e) condições meteorológicas excepcionalmente prejudiciais;
- f) eventuais atrasos decorrentes de dificuldades técnicas que venham a requerer a modificação do(s) projeto(s) e especificações, desde que autorizada pela EMGEPRON; e
- g) outros casos que se enquadrem no parágrafo único, do artigo 393 do Código Civil Brasileiro.

22.2 - Qualquer dos motivos acima enumerados deverá ser devidamente justificado pela CONTRATADA perante a EMGEPRON.

22.3 - Sempre que ocorrerem situações que impliquem em caso fortuito ou de força maior, o fato deverá ser comunicado à EMGEPRON, por escrito, até 24 horas após a ocorrência.

CLÁUSULA 23ª – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

23.1 - O presente Contrato não implica nenhum vínculo de ordem trabalhista entre a EMGEPRON e os empregados da CONTRATADA, que confirma, irrevogável e irretratavelmente, que é legítima prestadora de serviços sem qualquer subordinação à EMGEPRON.

EMPRESA GERENCIAL DE PROJETOS NAVAIS – EMGEPRON

23.2 - Em qualquer demanda judicial e trabalhista, oriunda direta, ou indiretamente do presente Contrato, a CONTRATADA assumirá o pólo passivo do mesmo, declarando, desde já, não ter a EMGEPRON quaisquer responsabilidade na(s) lide(s), bem como estar esta última automaticamente excluída do(s) litígio(s), sendo da inteira responsabilidade da CONTRATADA a discussão do(s) mesmo(s).

CLÁUSULA 24ª – DO FORO

24.1 - Fica eleito o Foro da Justiça Federal do Rio de Janeiro para dirimir litígios que se originarem deste Contrato.

CLÁUSULA 25ª – DOS ENDEREÇOS / INFORMAÇÕES

25.1 - As comunicações entre as partes deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

EMGEPRON:

EMPRESA GERENCIAL DE PROJETOS NAVAIS - EMGEPRON

Edifício Almirante Raphael de Azevedo Branco, Ilhas das Cobras Centro

Rio de Janeiro – RJ – CEP: 20180-001 - Tel.: (21) 3907-1800/1849

Departamento de Obtenção – EGPN-27

CONTRATADA:

XXXXXXX

XXXXXXXXXXXX

Tel.: (XX) XXX - Contato: XXX - E-mail: XXXXX

Conta Corrente: XXX - Agência: XXXX - Banco: XXXXX

CLÁUSULA 26ª – DOS ORIGINAIS E CÓPIAS

26.1 - Do presente Contrato foram elaboradas duas vias originais, uma para a EMGEPRON e uma para a CONTRATADA; bem como uma cópia, em extrato, para publicação no Diário Oficial da União.

E por assim acordarem, as partes declaram aceitar todas as disposições estabelecidas neste Contrato que, lido e achado conforme, vai assinado pelos representantes e testemunhas a seguir, a todos o ato presentes.

EMGEPRON:

EDESIO TEIXEIRA LIMA JUNIOR
Vice-Almirante (RM1-IM)
Diretor-Presidente

Rubrica

EMPRESA GERENCIAL DE PROJETOS NAVAIS – EMGEPRON

Ilha das Cobras, Ed. Almirante Raphael de Azevedo Branco, SN
Centro, Rio de Janeiro, RJ – Brasil – CEP: 20180-001

Tel.: 55(21) 3907-1800 | Fax.: 55 (21) 2233-5142 | E-mail: emgepron@emgepron.gov.br | Site: www.emgepron.gov.br

ALEXANDRE RODRIGUES VIVEIROS Contra-Almirante (IM) Diretor Administrativo-Financeiro	Rubrica
---	---------

CONTRATADA:

XXXXXX XXXXX	Rubrica
-----------------	---------

TESTEMUNHAS:

ROGÉRIO BRAZ DE ALMEIDA Secretário do Conselho de Administração da EMGEPRON Gestor do Contrato	Rubrica
---	---------

MATRIZ DE RISCO

Descrição Do risco	Consequência	Medidas Mitigadoras	Alocação Do risco
Atraso na execução do objeto contratual por culpa da Contratada.	Aumento do custo do produto e/ou do serviço.	Diligência da Contratada na execução contratual.	Contratada
Fatos ratardadores ou impeditivos da execução do Contrato próprios do risco ordinário da atividade empresarial ou da execução.	Aumento do custo do produto e/ou do serviço.	Planejamento empresarial.	Contratada
Alteração de enquadramento tributário, em razão do resultado ou de mudança da atividade empresarial, bem como por erro do Contrato na avaliação da hipótese de incidência tributária.	Aumento ou diminuição do lucro o contrato.	Planejamento Tributário	Contratada
Responsabilização da EMGEPRON por recolhimento indevido em valor menor ou maior que o necessário, ou ainda de ausência de recolhimento, quando devido, sem que haja culpa da EMGEPRON	Débito ou crédito tributário ou fiscal (não tributário)	Ressarcimento pela Contratada, ou retenção de pagamento e compensação com valores a este devidos, na quantia despendida pela EMGEPRON	Contratada

Em, .

Elaborado por:

GESSÉ LEÃO DE OLIVEIRA
Assistente Administrativo / Chefe da Seção de Benefício Legais



EDITAL DE LICITAÇÃO N.º 014/2020
PREGÃO ELETRÔNICO – MODO DE DISPUTA ABERTO

NUP: 61984.004001/2020-43

PLANILHA DE QUANTITATIVO E PREÇO ESTIMADO

ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
I	Contratação de Sociedade Seguradora com abrangência nacional, sem a interveniência de Corretor, para a prestação de Serviços de Seguro de Responsabilidade Civil para os membros do Conselho de Administração e Diretores da EMGEPRON (Seguro D&O – Directores and Officers Liability Insurance).	R\$ 575.000,00



EDITAL DE LICITAÇÃO N.º 014/2020
PREGÃO ELETRÔNICO – MODO DE DISPUTA ABERTO
NUP: 61984.004001/2020-43

PLANILHA DE FORMAÇÃO DE PREÇOS

ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
I	Contratação de Sociedade Seguradora com abrangência nacional, sem a interveniência de Corretor, para a prestação de Serviços de Seguro de Responsabilidade Civil para os membros do Conselho de Administração e Diretores da EMGEPRON (Seguro D&O – Directores and Officers Liability Insurance).	

MODELO DE DECLARAÇÃO

LICITAÇÃO Nº 014/2020
PREGÃO ELETRÔNICO – MODO DE DISPUTA ABERTO
NUP: 61984.004001/2020-43

DECLARAÇÃO ANTINEPOTISMO (Art. 7º do Decreto 7.203/2010)

A empresa XXXXXXXXXXXX, CNPJ nº XX.XXX.XXX/XXXX-XX, declara sob as penalidades cabíveis, em atendimento ao disposto no Edital, que:

- a) seus administradores e/ou sócios dirigentes, bem como as pessoas que compõem seu quadro técnico não possuem familiar detentor de cargo comissionado ou função de confiança na EMGEPRON; e
- b) fica entendido como familiar, o cônjuge, o companheiro ou o parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau.

XXXXXXXXXXXXXXXXX, XXX de XXXXXXXXXXXX de XXXX.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX